

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO

FRANCIELLY KEITY BALIANA GODOY

**OS (A)BRAÇOS ABERTOS DA AMÉRICA LATINA: AS RELAÇÕES ENTRE
JORNALISMO E LITERATURA EM *O LIVRO DOS ABRAÇOS*, DE EDUARDO
GALEANO**

Niterói, 2016

FRANCIELLY KEITY BALIANA GODOY

**OS (A)BRAÇOS ABERTOS DA AMÉRICA LATINA: AS RELAÇÕES ENTRE
JORNALISMO E LITERATURA EM *O LIVRO DOS ABRAÇOS*, DE EDUARDO
GALEANO**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito parcial
para conclusão da graduação em
Comunicação Social com habilitação
em Jornalismo da Universidade
Federal Fluminense.

Orientadora:
Prof.^a Carla Baiense

Niterói, 2016

FRANCIELLY KEITY BALIANA GODOY

**OS (A)BRAÇOS ABERTOS DA AMÉRICA LATINA: AS RELAÇÕES ENTRE
JORNALISMO E LITERATURA EM *O LIVRO DOS ABRAÇOS*, DE EDUARDO
GALEANO**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito parcial
para conclusão da graduação em
Comunicação Social com habilitação
em Jornalismo da Universidade
Federal Fluminense.

Aprovada em 01 de abril de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Carla Baiense (Orientadora) - UFF

Prof. João Baptista de Abreu - UFF

Prof. Marcio Castilho - UFF

Niterói, 2016

A latinas e latino-americanos ainda em silêncio

AGRADECIMENTOS

Ao Renan, por me olhar todos os dias como se fosse a primeira vez.

À Flavia, pelo cuidado, a tempestade e a calma.

À Gabriela e ao Tiago, pela simplicidade das perguntas.

Ao Juninho, pelos abraços contidos.

Ao Luiz, pelas histórias de estrada.

À Sônia, por permanecer em mim.

Às amigas e amigos de aconchego e confidências.

À Carla, por seu toque delicado a esse e a muitos outros trabalhos.

Ao Marcio, ao João e às professoras e professores de toda a vida, pelos questionamentos e intermináveis trocas.

A todos os que me fizeram (des)acreditar no jornalismo.

Ao Galeano, pelo café que dividimos em Montevideú.

“(...) era isso que eu queria te dizer, que a gente pode ser literatura, sabe, acho que a gente pode ser literariamente latino-americanos.”

(Renan Fonseca, In: *Instâncias da solidão* ou *Sabe, F.*)

RESUMO

A pesquisa analisa as motivações e a forma como o jornalista e escritor Eduardo Galeano se utiliza do jornalismo, da literatura e da intersecção entre essas duas vertentes nos textos de sua obra *O Livro dos Abraços*, de 1991, para trazer à tona histórias de indivíduos marginalizados e silenciados na América Latina, contribuindo para uma nova perspectiva historiográfica sobre o local.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo-literário; América-Latina; Eduardo-Galeano.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. AMÉRICA EM CONTEXTO	11
1.1 COLONIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA	11
1.2 O REFLEXO DO EUROCENTRISMO NAS CULTURAS LOCAIS --	14
1.3 AS MINORIAS E A CONSTRUÇÃO DE DESIGUALDADES	17
2. JORNALISMO E LITERATURA NOS TEMPOS DO CÓLERA	22
2.1 A BUSCA POR UMA IDENTIDADE LATINO-AMERICANA	22
2.2 A MICROFÍSICA DO PÓS-BOOM LITERÁRIO	27
2.3 EDUARDO GALEANO, UM JORNALISTA-AUTOR	30
2.4 CRÔNICA: A (DES)CONSTRUÇÃO DE UM GÊNERO	34
2.5 CRÔNICAS DE UM TEMPO ANUNCIADO: UM NOVO JORNALISMO LITERÁRIO	41
3. JORNALISMO E LITERATURA NOS (A)BRAÇOS DE GALEANO ----	47
3.1 RELIGIÃO E RESISTÊNCIA	48
3.2 OS ESCOMBROS DA SUBALTERNIDADE	53
3.3 OBJETIVIDADE E(M) SUBJETIVIDADE	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64

INTRODUÇÃO

A colonização da América Latina, compreendida principalmente a partir da extinção massiva de nativos, da opressão às culturas pré-colombianas, e da escravização de negros africanos, trouxe consequências profundas para a formação socioeconômica do continente. Esse processo contribuiu para a configuração de populações marginalizadas e de uma sociedade desigual.

Um dos intelectuais latino-americanos a se debruçar sobre essas consequências foi o escritor e jornalista uruguaio Eduardo Galeano, autor de mais de 40 livros, dentre eles, *As veias abertas da América Latina*, publicado originalmente em 1970, uma das principais obras de reflexão crítica diante da exploração econômica tecida pelos europeus na América.

Galeano fez parte de uma geração de autores conhecidos como expoentes de um pós-*boom* da literatura latino-americana, que se deu principalmente a partir da segunda metade do século XX. Nesse momento, a literatura na região ganhou uma nova concepção: a da escrita como um instrumento para o retrato de realidades mais localizadas, baseada na individualidade dos sujeitos e na concisão textual.

Esse novo estilo de texto foi um dos principais eixos da obra de Galeano, onde ganhou contornos de aprofundamento, tornando-se especialmente subjetivo e notadamente conciso. A proposta de Galeano, a partir dessa concepção, se aproximou do formato crônica, especialmente em sua obra de 1991, *O Livro dos Abraços*, sobre a qual nos concentraremos nesse trabalho. Além de aproximar a literatura do jornalismo por meio desse gênero, o autor se apresenta de modo contestador às estruturas políticas dominantes, o que contribui para que suas obras carreguem amplas e profundas reflexões críticas, se equiparando a um ideal jornalístico de se reportar os fatos.

Essa relação entre jornalismo e literatura pode ser compreendida a partir dos movimentos de imprensa no século XIX, com os folhetins, e com a difusão nos anos 1960 e 1970 do *new journalism* por grupos de jornalistas norte-americanos interessados em ampliar o uso do jornalismo literário nas redações. A possibilidade de questionar e se aprofundar no panorama político de então também foi uma das motivações desse movimento. Na América Latina, esse questionamento às instituições políticas e às classes dominantes sempre foi visto na literatura. Na obra de Galeano, a partir de um novo olhar para grupos à margem, esse ideal se expande.

Desse modo, ao se concentrar metodologicamente em pesquisa bibliográfica, a proposta desse trabalho é compreender de que forma Eduardo Galeano, nos textos do *O Livro dos Abraços*, se utiliza do jornalismo, da literatura e da intersecção entre essas duas vertentes para trazer à tona histórias de indivíduos marginalizados e silenciados na América Latina, contribuindo para uma nova perspectiva historiográfica sobre o local.

A pesquisa se divide em três capítulos. No primeiro, a proposta é realizar, primeiramente, uma contextualização histórica da colonização da América Latina e suas consequências socioeconômicas. Já no segundo capítulo, além de apresentarmos o modo como a literatura se tornou um instrumento de reflexão crítica nas mãos de latino-americanos, trataremos de algumas interseções entre jornalismo e literatura ao longo da história como instrumentos de questionamento e construção de memória, dando enfoque à crônica. O modo como Galeano se utilizou dessa relação para conceber *O Livro dos Abraços* será o objetivo do capítulo 3, a partir de uma análise aprofundada de seus textos.

1 - AMÉRICA EM CONTEXTO

A formação territorial da América Latina tem raízes históricas muito profundas. A compreensão de aspectos referentes à consolidação dessa região como um espaço de disputas, dominações e formação de distintos espectros sociais, principalmente a partir da colonização europeia, faz-se essencial para uma análise aprofundada sobre as múltiplas realidades econômicas, culturais e sociais que se formaram e que convivem de maneira heterogênea nesse território.

A partir da expansão marítima no século XV, especialmente a realizada por Portugal e Espanha, o território americano vivenciou um processo intenso de dominação. A intenção dos conquistadores, em face de uma região rica em cultura e bens naturais, revelou-se especialmente econômica. A presença de diversas tribos nativas não foi uma barreira para a implementação de práticas coloniais de exploração. Esse choque entre civilizações, além de ter contribuído para a morte da maioria dos indígenas locais, também submeteu os nativos a um regime de escravidão, que aos poucos foi substituído pelo tráfico e a escravidão negra. Todo esse processo, aliado a uma série de fatores históricos que ocorreram a partir da chegada europeia na América Latina, contribuiu para a formação de uma população marginalizada e de uma sociedade que se constituiu em desigualdade.

1.1 - Colonização da América Latina

Um dos principais marcos da historiografia moderna foi a conquista da América pelos europeus. O ano de 1492, como uma chave para essa transição histórica, selou o início datado das grandes navegações, quando Cristóvão Colombo, sob as ordens dos reis espanhóis Isabel I de Castela e Fernando II de Aragão, esteve à frente de uma frota a caminho das Índias. O destino, no entanto, não foi atingido, e o grupo acabou por desembarcar nas Ilhas do Caribe, se direcionando posteriormente à costa do Golfo do México, na América Central.

A chegada do europeu em terras americanas deu início a um processo intenso de colonização. Além dos espanhóis, com o passar dos anos, outros povos também em corrida marítima atracaram na região: frotas portuguesas, francesas, inglesas, entre outras, foram, com o tempo, estabelecendo uma dinâmica de ocupação colonial com características distintas, que variavam de acordo com as peculiaridades geofísicas de

cada nação, dos nativos existentes, dos produtos que o local poderia oferecer e da intenção dos colonizadores. O sistema conhecido como *plantation* preponderou em boa parte do Novo Mundo, como eram chamadas as terras antes da chegada europeia. Baseada na monocultura, no uso de mão-de-obra escrava e na grande propriedade, de acordo com Caio Prado Jr. (1969), essa dinâmica colonial era o reflexo da face preponderantemente mercantil que marcou a colonização na América.

Esses pilares marcam uma expansão do que viria a ser a lógica do capital dos séculos posteriores, precedendo até mesmo a revolução industrial, ao tomarem conta dos modos de produção das colônias, enfatizando ainda mais uma dinâmica valorativa e de lucro entre o espaço colonizado e a metrópole. Ao afirmar que a colonização se apresenta como um fenômeno decorrente da crescente mercantilização que marcou o período de crise do feudalismo, e de sua transição para o capitalismo, Prado Jr. destaca esse processo como uma resposta do nascente estado nacional absolutista às tensões sociais e lutas concorrenciais. Não é a toa que, no caso de Portugal, ao se unificar politicamente e territorialmente, tem a iniciativa da corrida marítima, que marca a efetivação da união de interesses entre uma ascendente burguesia e a nobreza. Essa corrida faz parte da expansão comercial europeia, mas, acima de tudo, para Prado Jr., está profundamente marcada pelo movimento mais geral de constituição do modo de produção capitalista. De acordo com o economista Carlos Alonso Barbosa de Oliveira (1985):

A conformação do antigo sistema colonial aparece como momento essencial para o avanço do capitalismo na Europa. A valorização do capital comercial é dinamizada pela nova malha de circuitos entre colônias e metrópoles, ao mesmo tempo que a entrada de produtos coloniais estimulava o comércio entre as próprias nações europeias. O mercado colonial servia de alavanca para o desenvolvimento da produção mercantil das metrópoles, particularmente da produção manufatureira. Finalmente, a entrada maciça de metais preciosos da América vinha permitir a superação da "depressão monetária" que dificultava a circulação mercantil na Europa na fase de crise do feudalismo. (OLIVEIRA, 1985, p.97)

A partir da corrida marítima, Portugal passou a ter o domínio do norte e das costas ocidental e oriental da África, da costa das Índias Orientais, de algumas ilhas no Atlântico e ainda de regiões costeiras do Brasil. Conforme pontua o teólogo e historiador Carlos Josaphat (2000), esse domínio predominantemente costeiro é explicado pelo fato de que os portugueses não estavam interessados, inicialmente, em

colonizar as novas terras, mas, sim, em estabelecer centros de apoio para facilitar o seu lucrativo comércio com as Índias Orientais e também o tráfico de escravos africanos. Seria apenas no século XVII que Portugal se estenderia para o interior do território americano.

Para os portugueses, o fato de as colônias conquistadas na África serem em grande parte muçulmanas dava legitimidade à conquista e à escravização de nativos naquela região, o que teria como consequência, posteriormente, o tráfico de negros ao continente americano. Considerar a etnia como inimiga, como no caso da África, pode ter sido um dos pontos que retardou a escravização de nativos por parte de Portugal na América. Os portugueses, “na África, mantinham com inimigos geopolíticos e religiosos de tempos passados, guerras que, em sua opinião, eram eminentemente justas e permitidas como uma grande cruzada nacional com o apoio do Papa”. (HANKE, 1958, p.17)

De forma distinta se deu a colonização espanhola. O avanço continente adentro fez com que os conquistadores encontrassem grande quantidade de ouro e prata, além de civilizações muito desenvolvidas cultural e politicamente, mas que, no entanto, não conheciam o cristianismo. A dominação daquele território tornou-se muito favorável à Espanha católica de então. A justificativa necessária para continuidade do domínio era cristianizar os índios. E, para isso, não se mediu uso de força. Em síntese:

Os Reis Católicos estabeleceram desde muito cedo os objetivos da colonização: conversão dos indígenas à fé cristã e obtenção de lucros para a Coroa. No entanto, esses dois objetivos se revelaram incompatíveis logo nos primeiros anos da conquista, pois os conquistadores encontraram nos índios uma fonte gratuita de mão-de-obra e optaram pela via mais lucrativa para seus negócios: a escravização dos nativos, embora existisse proibição expressa nesse sentido. É importante ressaltar que a escravidão não foi uma exclusividade dos espanhóis. Nos séculos seguintes vários Estados utilizaram trabalho escravo em suas colônias, mas somente na Espanha do “Século do Ouro” surgiu uma discussão tão séria e profunda sobre questões de ética colonial. (GOMES, 2006, p. 29)

Essa utilização de nativos como mão-de-obra lucrativa releva uma pretensão especialmente econômica por parte dos colonizadores, mesmo associada a justificativas de expansão da fé cristã. No marco dessa formação:

Os traços essenciais do que seria a estrutura social dos países latino-americanos têm sua origem na (...) conquista espanhola e nas

instituições que espanhóis e portugueses implantaram para criar uma base econômica capaz de consolidar a conquista de novas terras. (FURTADO, 1976, p. 16)

1.2 - O reflexo do eurocentrismo nas culturas locais

De acordo com estimativas feitas pelo geógrafo Milton Santos (2006), calcula-se que, entre 1500 e 1600, dos 80 milhões de nativos existentes na América pré-colombiana, 70 milhões foram dizimados. A chegada dos conquistadores também causou a destruição de dois dos maiores Impérios das Américas até então: o Asteca e o Inca.

Assim como os cristãos ocuparam Málaga, cortando à faca as cabeças dos andaluzes muçulmanos em 1487, assim também acontecerá com os índios, habitantes e vítimas do novo continente “descoberto”. Alianças e tratados nunca cumpridos, eliminação das elites dos povos ocupados, torturas sem fim, exigência de trair sua religião e sua cultura sob pena de morte ou expulsão, ocupação de terras, divisão dos habitantes entre os capitães cristãos da “Reconquista”. (DUSSEL, 1993, p. 9)

A forma como os colonizadores ocuparam o território americano se assemelha, de acordo com o escritor colombiano Germán Arciniegas (1972), às fantasiosas ocupações descritas nas clássicas epopeias, especialmente pela forma brutal como se deram. Para o autor, os processos desencadeados pelo “descobrimento” se aproximam de uma aventura que só é compreensível porque se manifesta através de atos concretos de seres humanos. Do contrário, de tão terrível, só seria possível entender essas histórias como uma “novela pitoresca”. (ARCINIEGAS, 1973, p.11)

Mesmo que os índios não se agrupassem totalmente de forma pacífica antes da chegada dos europeus, nutrindo conflitos entre tribos, a tentativa de ocupação do território por brancos foi um embate entre civilizações. De acordo com o historiador André Del Negri (2012), esse fato produziu conturbados laços sociais, baseados em relações de poder exercidas de forma abrupta pelos conquistadores em boa parte das terras americanas. Os europeus, que manejavam diferentes armas e tinham a intenção de estabelecer domínio, contribuíram para uma uniformização do comportamento social e cultural dos nativos e dos habitantes que nasceriam a partir do povoamento.

O que se viu, de ali em diante, foi a construção de uma história cultural centralizadora, baseada, também, na consequente necessidade da criação de leis com

conteúdos de historicidade cultural eurocêntrica, ordenamentos jurídicos programados culturalmente, inclusive priorizando a ideologia de uma Europa como civilização avançada, a imposição de uma religião, etc, contribuindo para o apagamento prosseguido de uma cultura intrinsecamente local. Para Del Negri, nesse processo de imposição cultural, a condição de seres humanos dos nativos foi praticamente desconsiderada. Por muito tempo, entendiam que o índio não tinha alma, pois consideravam que um homem sem religião era um animal sem alma, e que por isso poderia ser escravizado. Impresso pela primeira vez em 1554, o relato do padre Bartolomeu de Las Casas (1484 - 1566) exemplifica o modo violento como os europeus estabeleceram-se no novo continente:

Os espanhóis, com seus cavalos, suas espadas e lanças começaram a praticar crueldades estranhas; entravam nas vilas, burgos e aldeias, não poupando nem as crianças e os homens velhos, nem as mulheres grávidas e parturientes e lhes abriam o ventre e as faziam em pedaços como se estivessem golpeando cordeiros fechados em seu redil. Faziam apostas sobre quem, de um só golpe de espada, fenderia e abriria um homem pela metade, ou quem, mais habilmente e mais destramente, de um só golpe lhe cortaria a cabeça, ou ainda sobre quem abriria melhor as entranhas de um homem de um só golpe. (LAS CASAS, 1984, p.33)

Foi com a descoberta das novas terras que a Espanha expandiu suas fronteiras e também as do cristianismo, indo ao encontro de novos povos, “movida pelo espírito de uma grande Cruzada”. (GOMES, 2006, p.14) É o que expressa o teórico Joseph Höffner (1977):

Como a unidade da fé, nascida do universalismo, havia sido defendida com fervor, dentro das fronteiras do “*orbis christianus*”, assim procurou-se implantar a cruz nas terras dos infiéis. Tratava-se de converter os pagãos, ou – caso fossem inimigos da cruz de Cristo – destruí-los. (HÖFFNER, 1977, p.46, grifos do original)

Ainda que os Reis Católicos de Espanha declarassem que queriam promover a colonização com o objetivo de converter os índios à fé cristã, dispensando-lhes um tratamento humano, além da obtenção de lucros para a Coroa, não foi isso que ocorreu. A teórica Renata Andrade Gomes (2006) afirma que os primeiros conquistadores que partiram para as “Índias” estavam cheios de um sentimento de superioridade em relação aos aborígenes, e ávidos de grandes conquistas, poder e riquezas. Não levaram consigo nenhuma preocupação catequizadora, pelo contrário, agiram com brutal crueldade, infligindo o terror àqueles povos e forçando-os a trabalhar em seus negócios. Eram em

sua grande maioria, segundo Höffner, a escória do povo espanhol: criminosos, mercenários, gente vadia e de costumes pouco recomendáveis. Afirma o historiador Lewis Hanke (1958) que os espanhóis do século XVI tinham uma verdadeira aversão ao trabalho físico, ainda sob influência daqueles que lutaram entres os séculos VIII e XIII na longa Guerra de Reconquista e que lhes passaram a intenção de alcançar a glória por meio de conquistas militares e religiosas.¹

Os espanhóis estavam dispostos a lutar valorosamente, se fosse necessário, a morrer para forjar um pedaço do império para eles e ao mesmo tempo impulsionar o cristianismo e servir a seu rei. Mas não estavam dispostos a estabelecerem-se como agricultores para cultivar o solo ou como mineiros para extrair ouro e prata das entranhas da terra. Esse trabalho correspondia aos índios. (HANKE, 1958, p.27)

Como a escravidão de índios havia sido proibida pela Rainha Isabel, exceto em casos de nativos que se recusassem a aceitar a dominação de modo pacífico, na concepção de Gomes, fez-se necessário criar uma justificativa para continuar legitimando esse processo na América, visto que a maioria dos nativos não atuava com resistência. Foi apresentado, então, em 1504, o sistema de *encomiendas*, que “consistia em um direito outorgado pelo Estado de utilizar, mediante remuneração (mas usando coação) de certo número de índios, com a obrigação, muito elástica e vaga, de cuidar do bem material e espiritual dos mesmos”. (HÖFFNER, 1977, p.168) É importante ressaltar que a Rainha Isabel, ainda segundo Höffner, concordou com o sistema de *encomiendas* por julgá-lo benéfico aos índios.

Havia chegado a seu conhecimento que os nativos faziam mau uso da liberdade, recusando-se a trabalhar e a serem catequizados. Para modificar essa situação e promover a rápida conversão dos índios ao cristianismo, a Rainha determinou que eles deveriam viver mais próximos aos espanhóis, isto é, deveriam ser recomendados ou encomendados aos conquistadores, que cuidariam da sua evangelização. Em troca, os índios trabalhariam nos negócios do

¹ De acordo com Lewis Hanke (1958), a Guerra de Reconquista foi uma batalha travada entre cristãos e muçulmanos pelo controle da Península Ibérica. A reconquista de todo o território da Península durou aproximadamente setecentos anos, com início no século VIII. Em Portugal, a reconquista culminou com a tomada da cidade de Faro pelas forças de D. Afonso III, em 1249, o que deu início à formação unificada da região após o domínio árabe.

encomiendero, mediante remuneração. Não obstante a boa intenção da Rainha, é certo que o sistema de *encomiendas* revelou-se extremamente prejudicial aos indígenas, submetidos, na prática, a um trabalho compulsório sem qualquer retribuição material ou espiritual. Após a morte da Rainha Isabel, em 1504, um grande número de *encomiendas* foi outorgado pelo Rei Fernando aos conquistadores. Esse foi o período mais cruel da história da colonização espanhola. (GOMES, 2006, p. 17, grifos do original)

Gomes afirma que essa política colonial não foi alvo de questionamentos até 1510, quando chegaram os primeiros missionários dominicanos, que se posicionaram contra as violências praticadas. No entanto, foi o questionamento de dois intelectuais espanhóis do século XVI que fomentou intensos debates sobre o direito dos conquistadores sobre as terras em ocupação. Juan Ginés de Sepúlveda (1489 - 1573), em defesa das políticas do governo espanhol, argumentava frente à colonização da América que os índios eram bárbaros e haviam cometido crimes e pecados, e por isso deveriam ser punidos, devendo aceitar o jugo espanhol. Do outro lado, Bartolomé de Las Casas, primeiro padre ordenado no Novo Continente, em 1510, foi combativo opositor de Sepúlveda, ao defender no nível antropológico e teológico a evangelização dos ameríndios por meios pacíficos e a necessidade de uma colonização sem violência. Dessa forma, ao escrever, em 1537, a *Brevíssima relación de la destrucción de las Indias*, tentou influenciar eticamente a política espanhola do imperador Carlos V em relação à colonização das Américas pedindo também reformas na Igreja Católica, obtendo até algum êxito.

De Las Casas vem, evidentemente, a suavidade. A escravidão é banida, assim como a violência, exceto em caso de extrema necessidade. A “pacificação” e a gestão ulterior devem ser realizadas com moderação, e os impostos devem ser razoáveis. Também devem ser mantidos os chefes locais, contanto que aceitem servir aos interesses da coroa. A própria conversão não deve ser imposta, mas somente proposta; os índios só devem abraçar a religião cristã de livre e espontânea vontade. (TODOROV, 1996, p.170-171, grifos do original)

1.3 - As minorias e a construção de desigualdades

Com a expansão marítima e a conquista das terras americanas, primeiramente foram utilizados indígenas para formar a mão-de-obra exigida pelos europeus em seus interesses econômicos. Porém, ao ser cerceada pela Igreja Católica logo nos primeiros

anos de ocupação e entrar no cerne do debate entre os que defendiam ou não a utilização de nativos para tal fim, essa possibilidade foi, aos poucos, se reduzindo. Dessa forma, como a escravidão de negros já era uma prática comum na África, em parte dominada por portugueses, o tráfico de africanos ao continente recém ocupado assumiu enormes proporções a partir de 1530.

De acordo com o historiador Manolo Florentino (1997), os Estados europeus instalaram feitorias e portos de abastecimento de escravos no litoral africano. Nessas feitorias, foram embarcados os escravos que vieram para as colônias europeias na América em navios chamados tumbeiros. Uma vez embarcados, os escravos, oriundos de diferentes regiões e etnias africanas, eram tratados com extrema violência e recebiam pouca alimentação. Geralmente, eram maltratados e castigados sem nenhum motivo aparente e eram amontoados em ambientes insalubres, propícios à proliferação de doenças.

Nos séculos XVIII e XIX, segundo Florentino, se especializar no tráfico negreiro tornou-se, então, uma atividade comum. A negociação se dava através do escambo, muitas vezes, comercializando produtos como aguardente, armas de fogo, tecidos, em troca de pessoas escravizadas. Essas e diversas outras práticas, de cunho extremamente lucrativo, fizeram com que a escravidão na América perdurasse por quase quatro séculos, e que milhões de africanos viessem escravizados para as terras do Novo Mundo.

A partir do uso de negros como escravos na América Latina, a formação social do território ficou ainda mais marcada por uma segregação étnica, presente desde a chegada dos colonizadores e de seu encontro com os nativos. Nessa perspectiva, de acordo com o sociólogo Sérgio Costa (2012), ao longo da história, podem ser identificados ao menos quatro regimes de desigualdades relacionados com os afrodescendentes na América Latina: “escravidão, nacionalismo racista, nacionalismo mestiço, regime compensatório”. (COSTA, 2012, p. 06) Para entender de que forma a construção de desigualdades socioeconômicas se deu na região será preciso se ater a alguns deles.

No curso do tráfico negreiro entre os séculos XVI e XIX, chegaram às colônias europeias na América e em terras caribenhas uma média de 10 milhões de africanos, que foram escravizados e recrutados para trabalhar nas *plantations* e nas casas, assumindo o serviço doméstico, sendo tratados com extrema violência em grande parte das propriedades onde atuavam. Para Costa, a escravidão seguiu padrões e modelos

diferentes nos diversos países, bem como em diferentes regiões dentro de um país. Entretanto, o que perdurou e que foi comum durante o regime escravocrata foi uma marcada divisão racial, que apontava grupos com distintos acessos a direitos, estatutos, leis e dinâmicas sociais. Essa divisão, praticamente intrínseca à escravidão, definiu boa parte do direcionamento social a partir daquele momento no continente.

O que se viu foram sociedades escravistas na América Latina que funcionavam, de alguma forma, como uma sociedade de castas: sair da situação de escravo para homem livre era uma negociação altamente complexa e praticamente excepcional. Para o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1993), nesse contexto, a mobilidade social já era mínima.

Dessa forma, para se pensar um regime de desigualdade, é necessário analisar diversos aspectos de formação de grupos sociais. Nessa perspectiva, de acordo com Costa, a existência de direitos desiguais em determinado local pressupõe:

- Lógica de estratificação/redistribuição definida como estática (sociedades de castas), dinâmica (sociedades de classe) ou combinada (classe com atribuição racial/étnica/de gênero);
- Discursos políticos, científicos e populares, segundo os quais indivíduos ou grupos interpretam e constroem suas próprias posições e as de outros na sociedade;
- Estruturas legais e institucionais (por exemplo, lei de *apartheid*, leis multiculturais ou contra a discriminação);
- Políticas (por exemplo, políticas racistas de migração, de integração ou compensatórias);
- Modelos de convivência cotidiana, contemplando formas de convivência mais segregadoras ou mais integradoras. (COSTA, 2012, p. 15, grifos do original)

Nessa perspectiva, percebe-se que a formação latino-americana enquanto um território repleto de heterogeneidades foi marcada pela exclusão e a exploração de minorias, com fortes reflexos na atualidade. Encaixam-se nesses grupos minoritários, além dos índios e negros já apontados nesse trabalho, pobres, mulheres, pessoas com deficiências, imigrantes, etc, pois podem ser associados a essa lógica de estratificação combinada (classe com atribuição racial, étnica, de gênero), seja pela ineficácia ou inexistência de legislações que agrupem essas populações a uma estrutura social de acessos, seja pelas formas de convivência, os discursos midiáticos ou pelas múltiplas possibilidades de discurso e posicionamento existentes. A marginalização desses grupos pode, portanto, ser considerada consequência ou reflexo contínuo de um período de

exclusão inicialmente calculado em termos étnicos, com os índios e negros, mas expandido à medida que as sociedades latino-americanas foram se estabelecendo.

Atualmente, o número de afrodescendentes pode chegar até cerca de 30% da população do Caribe e da América Latina, de acordo com levantamento feito em 2012 pela CEPAL - Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina. Isso equivale a aproximadamente 150 milhões, de um total de 500 milhões. Em termos de localização, a população afrodescendente está concentrada em diferentes proporções no Brasil (50%), na Colômbia (20%), na Venezuela (10%) e no Caribe (16%), conforme aponta Costa. As estimativas mostram que, em média, os afrodescendentes, principalmente as mulheres, têm uma expectativa de vida menor, vivem em piores condições, têm níveis mais baixos de educação formal e acesso mais limitado aos serviços públicos do que a população latino-americana como um todo.

Essa manutenção da desigualdade e a dificuldade de se romper barreiras de mobilidade social desde os tempos de colonização também têm relação com a consolidação dos Estados Nacionais, que se seguiu ao fim do regime de escravidão, principalmente após o século XIX. Esse período foi um reflexo consolidado da influência do racismo científico europeu na América, como aponta o historiador George Andrews (2000), abrindo margem para anos de vigência de um modelo nacionalista em que preponderava o racismo. O que se viu foram as lideranças dos estados modernos na América Latina se esforçarem de forma convicta para tornarem suas sociedades cada vez mais um braço da Europa, por meio, por exemplo, do controle da imigração e da proibição de práticas religiosas e culturais afro-latino-americanas. Esse período foi dominado por uma "guerra contra a negritude", conforme aponta Andrews:

Em todos os países da região, escritores, políticos e planejadores estatais lutaram com o problema da herança racial da América Latina. Como crentes firmes no determinismo racial, eles não tinham dúvida de que as trajetórias históricas de indivíduos, nações e povos eram irrevogavelmente determinadas por sua ascendência "racial". (...) A resposta latino-americana a esse dilema foi um esforço ousado, visionário e em última instância quixotesco de transformar-se de sociedades racialmente mistas, predominantemente não brancas, em repúblicas brancas habitadas por caucasianos e seus descendentes. (ANDREWS, 2000, p. 118, grifos do original)

A “guerra contra a negritude” consistiu não apenas em uma guerra contra esse legado africano, mas também contra o imigratório e o essencialmente latino, das populações e tribos remanescentes. Esse processo foi a força motora para a criação de

políticas e estatutos jurídicos segregacionistas, especialmente até a primeira metade do século XX. A partir de dogmas do racismo científico, diferentes governos de estados latinos independentes adotaram leis de imigração restritivas e desenvolveram programas de higienização populacional, além de medidas que também contribuiriam para controlar as relações entre raças.

Os arquitetos da ONU e das organizações regionais do pós-guerra assumiram que os direitos das minorias não apenas eram desnecessários para a criação de uma nova ordem internacional viável, como eram na verdade desestabilizadores de tal ordem. Hoje, porém, como é amplamente reconhecido, a acomodação da diversidade étnica é não apenas *coerente* com a manutenção de uma ordem internacional legítima, mas de fato uma *precondição* para ela. (KYMLICKA, 2007, p. 45, grifos do original)

Foi dessa forma que se desenhou, desde o período colonial, mesmo após o fim legal da escravidão, uma sociedade eminentemente dual, parte dela capaz de se integrar, de acompanhar os avanços econômicos e mudanças sociais, e parte marginalizada, sem acesso a núcleos dinâmicos de desenvolvimento. A presença de uma população negra, indígena e imigrante marginalizada, sem acesso a bens comuns, sem direito ao voto ou à participação efetiva nos círculos sociais, refletiu-se numa formação desigual, com estratos sociais marcados pela concentração da riqueza nas mãos de poucos. Imersos na lógica da acumulação primitiva, os que encabeçaram a gênese das nações latino-americanas não se atentaram para a importância de uma formação heterogênea, mas equiparada jurídica e socioeconomicamente, muito menos para uma integração funcional dos variados grupos que na região existiam, nela aportaram, ou que, posteriormente, nela nasceriam. Esses elementos contribuíram para a persistência de uma dinâmica colonial de segregação e exploração no discurso e no comportamento de boa parte da sociedade contemporânea.

2 - JORNALISMO E LITERATURA NOS TEMPOS DO CÓLERA

2.1 - A busca por uma identidade latino-americana

A partir de uma formação territorial baseada na dominação europeia e na colonização, as nações da América Latina enfrentaram processos de afirmação muito distintos e de extrema complexidade. O choque cultural entre nativos e colonizadores, a influência europeia nos modos de vida e de cultura, a existência e a permanência da escravidão e a produção de populações marginalizadas são alguns dos aspectos que em muito contribuíram para a dificuldade de se construir uma identidade latino-americana que não se desenvolvesse em torno da figura do branco europeu.²

Principalmente através da força e da violência, a cultura europeia impôs sua língua e sua religião em suas colônias, subjugando os povos nativos e tornando eficaz a proposta de dominação. O encontro entre culturas tão distintas ocasionou, além da espoliação do patrimônio dos primitivos habitantes e da morte de milhares destes, um processo de desagregação cultural. Nesse contexto, o pluralismo seria uma possibilidade de resistência por partes dos ameríndios, mas que não foi permitida pelos colonizadores. De acordo com Silviano Santiago (1978), por cima das manifestações indígenas, o que surgiu foi uma espécie de cópia da cultura europeia, que não apagou por completo as culturas locais, mas que tornou-se hegemônica no contexto de formação do continente.³ Esse simulacro de realidade na criação veio, ao longo dos séculos, sempre com um atraso em relação à matriz. “Pelo extermínio constante dos traços originais, pelo esquecimento da origem, o fenômeno de duplicação se estabelece como a única regra válida de civilização”. (SANTIAGO, 1978, p. 14)

² Para Stuart Hall (2006), a identidade cultural de um povo está sempre em construção. Para o autor, “a alternativa não é apegar-se a modelos fechados, unitários e homogêneos de pertencimento cultural, mas abarcar os processos mais amplos o jogo da semelhança e da diferença que estão transformando a cultura no mundo inteiro. Esse é o caminho da diáspora, que é a trajetória de um povo moderno e de uma cultura moderna” (HALL, 2006, p. 47). Essa ideia dialoga com a proposta de diversos povos latino-americanos, especialmente com a gradativa construção de estados modernos, de se compreender e de se afirmar culturalmente.

³ O termo hegemonia utilizado nesse trabalho se baseia nas ideias de Antonio Gramsci (2002) e em suas atualizações em Stuart Hall (2006). Para os autores, originalmente, hegemonia se refere ao modo como uma nação exerceria poder ideológico e social, ao invés de militar e coercitivo sobre outra. No entanto, o termo, a partir dos estudos culturais, descreve o processo pelo qual uma classe dominante conquista o consenso das classes subordinadas ao sistema que assegura sua subordinação. Este consenso deve ser sempre conquistado e renovado, pois as experiências das pessoas podem contribuir para uma compreensão da desvantagem existente na subordinação, sendo uma constante ameaça à classe dominante. A ideia de hegemonia, portanto, denota um processo contínuo de construção, onde grupos lutam constantemente por uma não-estatização do poder.

Os conquistadores impuseram sua dominação colonial e deixaram como legado um discurso eurocêntrico, voltado para a justificação da necessidade de civilizar outros povos. A afirmação de uma identidade local passa, então, pela discussão acerca das relações de poder travadas em torno do colonizador europeu e do colonizado indígena e as trocas culturais por eles efetivadas. Espoliada no período colonial, essa necessidade de autonomia identitária foi muito importante principalmente após o surgimento das nações livres. De acordo com Leopoldo Zea (1982), foi no fim do século XIX, no contexto do imperialismo europeu e do expansionismo norte-americano, que a questão da identidade tornou-se mais notória na América Latina.

Nesse momento, uma das principais formas que esses povos encontram de afirmar-se culturalmente foi através da literatura. O que se viu foi o surgimento de obras de grande destaque para as independências na região, como as do uruguaio José Enrique Rodó (1871-1917) e do cubano José Martí (1853 - 1895), figura importante no processo de independência de Cuba. Dessa forma, de acordo com Estevão Martins (2002), pode-se observar que o estudo da identidade latino-americana tem início com uma interrogação política, por meio do questionamento da realidade e das práticas coloniais realizadas até então. Para Ángel Rama (1982), mesmo com uma influência europeia ainda latente, essa tomada literária ligada a uma consciência política dá destaque a intelectuais e artistas locais, que têm como preocupação a busca por uma identidade cultural própria, que singularize sua produção no âmbito da produção artística em todo o mundo e que contribua para um processo de autonomia.

Essa vanguarda reflete uma característica interessante dos intelectuais latino-americanos. Mesmo com um estado que a cada dia se fortalecia, especialmente pela conquista das recentes independências, para Jorge Castañeda (1994), a sociedade civil latina ainda era fraca, o que influencia o destaque do campo de atuação de determinados intelectuais. Nascido em um ambiente onde os espaços sociais e políticos encontravam-se dissociados, o intelectual assumia a função de mediador entre essas duas instâncias ao questionar as estruturas vigentes e trabalhar, principalmente através da literatura, para aproximar a sociedade desse questionamento no campo político e social. Pode-se perceber, então, que a literatura tornou-se um instrumento de combate às classes dominantes, utilizado por muitos escritores, principalmente a partir do século XIX.

Pode-se observar, de acordo com Fritz Teixeira Salles (1959), que as principais obras latino-americanas geralmente demonstraram acentuada tendência para as questões políticas, especialmente a partir das lutas pelas independências travadas pelas colônias

na região. Isto tem relação com a própria realidade em que seus produtores se encontram inseridos: os escritores da América atacam os problemas sociais, e denunciam as injustiças efetivadas pelos detentores do poder. Nesse processo de produção intelectual, uma figura ímpar e de grande destaque foi o escritor Jorge Luis Borges. Nascido em 1899, o argentino foi um dos grandes opositores das ideologias totalitárias que surgiam na primeira metade do século XX e exerceu um papel de grande influência nas gerações de escritores que o sucederam. Mesmo não recorrendo à velha herança europeia como instrumento de auto-legitimação, o autor defendeu a inevitável influência da cultura dos colonizadores na formação imaginária da América Latina. Para ele, a própria busca por uma literatura autônoma é um exemplo do legado europeu de afirmação, iluminação e conhecimento.

Para Borges, a relação do latino-americano com a tradição europeia, longe de ser precária, é privilegiada. Isso porque esses escritores gozariam tanto da proximidade necessária para compreender a tradição vinda da Europa quanto do distanciamento para subvertê-la, inovando. Como ele mesmo afirma em *O escritor argentino e a tradição* (1957):

Cuál es la tradición Argentina? Creo que podemos contestar fácilmente y que no hay problema en esta pregunta. Creo que nuestra tradición es toda la cultura occidental, y creo también que tenemos derecho a esta tradición, mayor que ele que pueden tener los habitantes de una o otra nación occidental. Recuerdo aquí un ensayo de Thorstein Veblen, sociólogo norteamericano, sobre la preeminencia de los judíos en la cultura occidental. Se pregunta si esta preeminencia permite conjeturar una superioridad innata de los judíos; y contesta que no; dice que sobresalen en la cultura occidental, porque actúan dentro de esa cultura y al mismo tiempo no se sienten atados a ella por una devoción especial; “por eso – dice – a un judío siempre le será más fácil que a un occidental no judío innovar en la cultura occidental” (...) Creo que los argentinos, los sudamericanos en general, estamos en una situación análoga; podemos manejar todos los temas europeos, manejarlos sin supersticiones, com una irreverencia que puede tener, y ya tiene, consecuencias afortunadas. (BORGES, 1957, p. 272-273, grifos do original)

Dessa forma, Borges transforma a posição periférica da América Latina em um trunfo cultural. Mesmo pautadas na influência da Europa no continente, essas ideias não impediram que a corrente inaugurada por Borges fosse inovadora. Pelo contrário, junto a autores como o chileno Vicente Huidobro, o cubano Alejo Carpentier, e os brasileiros Mário de Andrade e Oswald de Andrade, através do reconhecimento das influências,

Borges deu o primeiro passo para o que outros autores fariam posteriormente: superar gradativamente esses reflexos na produção cultural local.

Um dos estágios mais fundamentais para a superação dessa dependência, de acordo com Antonio Candido (1989), seria a capacidade de produzir obras de primeira ordem, que não fossem influenciadas por modelos estrangeiros, mas por exemplos nacionais antecedentes. Fundamentais, então, para o cumprimento desse propósito de aproximação com elementos originais do continente foram os indigenistas peruanos José María Arguedas e José Carlos Mariátegui. Os autores contribuíram e muito para uma aproximação da literatura com um engajamento político local. Um exemplo disso é a obra *Sete Ensaio de Interpretação da Realidade Peruana*, de 1928, em que Mariátegui propõe um programa de renovação nacional baseado na integração de todo o Peru num mundo moderno e mais justo em relação às classes desfavorecidas, compostas, principalmente, por indígenas.

Além da causa indígena, outros aspectos serviram de mote para a literatura no retrato do panorama do atraso, do subdesenvolvimento ou de populações à margem. Dentre esses recortes temáticos muito explorados por escritores latino-americanos, pode-se destacar a região dos altiplanos andinos, o sertão brasileiro e as situações e lugares dos negros em países como Cuba, Venezuela e Brasil. Esses são alguns exemplos do foco dado à realidade local como uma oportunidade de expressão literária em boa parte do século XX. Os chamados regionalistas se dedicaram no desenvolvimento de uma dimensão mais detalhada da realidade de povos em todo o território da América Latina⁴. Sobre isso, comenta Candido:

Na América Latina, ele, [o regionalismo] foi e ainda é força estimulante na literatura. Na fase de consciência de país novo, correspondente à situação de atraso, dá lugar sobretudo ao pitoresco decorativo e funciona como descoberta, reconhecimento da realidade do país e sua incorporação ao cenário da literatura. Na fase de consciência do subdesenvolvimento, funciona como presciência e depois consciência da crise, motivando o documentário e, com o sentimento de urgência, o empenho político. Em ambas as etapas verifica-se uma espécie de seleção de áreas temáticas, uma atração por certas regiões remotas, nas quais se localizam os grupos marcados pelo subdesenvolvimento. (CANDIDO, 2006, p. 21)

⁴ De acordo com Candido (1989), a proposta dos regionalistas em toda a América Latina se apresentou como uma etapa necessária da literatura para a produção de uma consciência de país novo, selecionando e incorporando para a expressão literária temas da realidade local. A supervalorização dos aspectos regionais se configurou com um meio de a literatura compensar o atraso material e a debilidade das instituições, na fase em que a ideia de pátria se vinculava estreitamente à de natureza. Esse movimento se configurou com veemência entre o fim do século XIX e a primeira metade do século XX.

Mesmo com o risco de que a periodização de qualquer movimento ou tendência literária seja sempre algo arbitrário e impreciso, já que são muitas as tentativas de firmar a demarcação temporal, e todas difusas, pode-se dizer que essa compreensão das temáticas locais ganha um propósito mais sistêmico na década de 1960, quando a literatura latino-americana tem seu auge editorial. A proposta dos romancistas do chamado “boom da literatura na América Latina” era dar um novo olhar à história do continente, indo de encontro a uma mentalidade perpetuada pela elite local e pelos discursos de uma história oficial. Naquele momento, a literatura propunha uma luta contra o esquecimento promovido pelos grupos hegemônicos, fazendo surgir elementos da formação latino-americana que haviam sido silenciados pelas representações oficiais. Para Candido, essa nova literatura buscava oferecer um retrato mais fiel das sociedades locais, explorando o universo cultural do latino-americano, se utilizando de uma linguagem rebuscada. Os autores desse período trabalham com a ideia de multitemporalidade, que para eles caracteriza o continente. Ao invés de um tempo retilíneo, trabalha-se com o tempo circular, mítico, ou a mistura de várias concepções de tempo.

Em suma, o que se percebe é uma mudança de técnicas provenientes do surrealismo, produzindo o que se chamou de literatura fantástica e realismo mágico.⁵ Os livros mais destacados do período são *O jogo da amarelinha* (1963), de Julio Cortázar, *A morte de Artemio Cruz* (1962), de Carlos Fuentes, *A cidade e os cachorros* (1963), de Mario Vargas Llosa, e *Cem anos de solidão* (1967), de Gabriel García Márquez, que pretendiam trazer à tona uma identificação mais geral da América Latina. Como afirma Saúl Sosnowski (1995):

A veinte años de su publicación, un aviso publicitario ofrecía Cien años de soledad como “La gran novela que identificó a Latinoamérica”. La frase, con un claro propósito de exportación, sugiere la identificación hacia afuera. Lo más importante, sin embargo, y es lo que pareciera quedar para otros mensajes, es el hecho

⁵ O realismo mágico foi uma característica própria da literatura latino-americana da segunda metade do século XX, que funde a realidade narrativa com elementos fantásticos e fabulosos, não tanto para reconciliá-los, mas para exagerar sua aparente discordância. O desafio que isto supõe para a noção comum de "realidade" traz implícito um questionamento da "verdade" que, por sua vez, pode questionar de maneira deliberada o texto e as palavras, e, em certas ocasiões, a autoridade do próprio romance. Esse movimento foi influenciado pelos movimentos artísticos europeus, especialmente o surrealismo, que baseava-se nos estudos do inconsciente de Sigmund Freud. A partir da década de 1920, o fenômeno do surrealismo trabalhou diante da importância do inconsciente na criatividade humana, questionando as crenças culturais da Europa e a postura vulnerável de cada indivíduo diante de uma realidade cada vez mais incompreensível.

que para muchos lectores la novela de García Márquez sigue siendo la novela “en la que se identificó Latinoamérica”. En esta doble acepción, creo, está centrada la dinámica de la narrativa reciente, tanto la posibilidad del auto(re)conocimiento continental de los latinoamericanos como su reconocimiento internacional. (SOSNOWSKI, 1995, p. 400)

2.2 - A microfísica do pós-*boom* literário

Enquanto obras como *Cem anos de solidão* e outros romances típicos do *boom* tendiam a organizar sua narrativa em torno de grandes teorias acerca da identidade cultural e política da região, as obras que vieram no período conhecido como “pós-*boom*” deixam de lado essa tendência, buscando em troca encarar as experiências concretas e cotidianas, dando um enfoque mais particular às problemáticas latino-americanas. É, basicamente, um retorno ao olhar local, mas com uma autonomia literária cada vez mais verificada. De acordo com Aníbal Gonzalez (1987), esse conjunto de escritores se difere de seus predecessores por rejeitar uma visão totalizante sobre a América Latina.

Essa geração que surgiu após o *boom*, além de abarcar obras com outro estilo de escrita de autores já consagrados, como Cortázar, Vargas Losa e García Márquez, também apresenta uma nova leva de escritores interessados em pensar politicamente a América Latina a partir da literatura. Uma das tendências de análise desta geração baseia-se numa aproximação com a pós-modernidade, como é colocada por Raymond Williams (1996), em *The postmodern novel in Latin America*.⁶ De acordo com o crítico britânico, este novo tipo de narrativa identificada com a produção, ainda que venha diretamente da escritura modernista latino-americana configurada na obra de Borges, Asturias, Carpentier e demais, também passa a representar algumas práticas nos âmbitos da cultura que trazem rupturas fundamentais com relação à chamada “grande narrativa” produzida na América Latina nas décadas anteriores aos anos 1970. Mesmo esse movimento de rompimento não se restringindo ao universo latino-americano, na região, essa prática ganha contornos que enfocam problemáticas locais.

⁶ De acordo com Terry Eagleton (1998), o termo pós-modernidade alude a um período histórico específico, que se concentra com veemência a partir da segunda metade do século XX, a partir de uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso, as grandes narrativas e os fundamentos definitivos de explicação. Essa nova maneira de compreender o mundo é consequência de um período de transição das relações humanas, políticas e econômicas para uma nova forma de capitalismo, baseado na descentralização da tecnologia, no consumismo, na indústria cultural e na troca de uma política de classes por uma política de identidade, que descentraliza também a cultura, os sujeitos e suas relações sociais.

Ao pós-*boom*, para Raquel Serrão (2013), reserva-se a linguagem coloquial, permitindo a construção de personagens e temas marginalizados, considerados próprios do universo dos nativos, das mulheres, dos negros, das prostitutas, dos homossexuais, do amor, dos fatos históricos narrados sob a ótica de personagens esquecidos, dos sentimentos, do misticismo, do sincretismo religioso, dos jovens, e de tudo que gire em torno de tais temáticas, vertentes consideradas melodramáticas para as gerações anteriores.

Uma das características de conteúdo mais interessantes desse grupo de escritores é a não exploração de uma única causa revolucionária. São vários protestos e críticas presentes numa mesma obra, apresentados por meio de uma literatura de testemunho que também se aproxima do relato histórico. No livro de Nora Strejilevich, por exemplo, *Una sola muerte numerosa* (1996), estabelece-se uma relação entre o discurso ficcional, o histórico, a memória e o imaginário coletivo sobre um fato obscuro da história da Argentina: as ações repressivas da ditadura. O que se vê, nesse sentido, são aspectos que trazem à tona a importância da micro-histórias, numa espécie de narrativa que passa por várias realidades e linguagens. No pós-*boom*, são diversos os autores a fazerem o mesmo, como se suas obras fossem um mosaico de detalhes históricos esquecidos. E esses mosaicos são constituídos, cada um, a partir de um foco, de um ponto específico: o de pessoas comuns. Desse modo, pode-se ter a história de um ameríndio, de um negro, de uma mulher, de um jovem, todos partes e vozes de uma mesma obra.

Já não se trata apenas de grandes temas, como ditaduras na América Latina, colonização, “descobrimento” do continente, povos pré-colombianos. O testemunho, o dito pessoal, o relato experiencial do fato, particularizado, íntimo, próprio e individual do sujeito sócio-histórico é que ganha forma.

El género de la literatura testimonial ha cautivado la imaginación del continente, quizás porque, como sugiere Doris Mayer, es el tipo de literatura que tiene la tradición más larga en Latinoamérica, y porque, según Victoria Ocampo, es el más indicado para explicar lo que quiere decir ser latinoamericano. (MENTON, 1993, p. 253)

Essa ideia de testemunho vem da descrição mais aproximada do fato, alimentada pela vivência e expressa em depoimentos individuais, numa perspectiva interior sobre o acontecimento e a circunscrição do contexto histórico a partir de um “eu”. Menton (1993) acredita que especialmente se esse “eu” foi historicamente silenciado, esse tipo

de narrativa pode instigar o leitor a indagar sobre a historicidade e sobre outras vozes vinculadas aos fatos narrados. No pós-*boom*, há quebra de diversas estruturas, entre elas, o silêncio, já que as narrativas tratam, geralmente, de sujeitos socialmente desprezados por algum motivo ou que têm pouco espaço e voz na sociedade. Uma outra quebra tem a ver com a exploração de ambientes ou espaços pouco explorados, como a cozinha, no caso, por exemplo, de *Como água para chocolate* (1989), de Laura Esquivel, ou o cárcere, presente em *O beijo da mulher aranha* (1976), de Manuel Puig.

É dessa forma que essas narrativas tornam-se instrumentos para a construção social de outras perspectivas de leitura, a partir do questionamento de uma única verdade, e do contato com outras tantas, cujas essências abordam um mesmo contexto. Ao se apresentar outros lados de uma história, permite-se o cruzamento de inúmeros efeitos e causas na construção de um determinado evento tomado como objeto da narrativa.

Como visto, as obras do pós-*boom* exploram o hibridismo dos gêneros literários, além de reavivar, de certo modo, a exploração do realismo fantástico, trabalhar com temas referentes às múltiplas culturas e à mestiçagem. Entretanto, afastam-se do *boom* por evitarem o exagero no uso da linguagem e por explorarem a espontaneidade associada à coloquialidade. Assim, o ritmo dado às obras do pós-*boom* denota um estilo aproximado, em sua estrutura, aos *mass media*. De acordo com Marina Galvez Acero (1999), utilizando recursos diversos na sua composição, tais como a música, a linguagem cinematográfica, as revistas, os diários e os documentários, essas narrativas, por tratarem de temas múltiplos e locais numa linguagem mais rápida, mas de caráter testemunhal, dão espaço para histórias pessoais na condução de narrativas, como o que se vê em algumas reportagens jornalísticas.

Nesse sentido, ao não exagerarem no experimentalismo estético, o que facilita a compreensão do leitor dos temas apresentados, os autores do pós-*boom* carregam muito dessa aproximação com os meios de comunicação. O fato de grande parte desse grupo exercer, também, o ofício de jornalista pode ter contribuído para que surgisse uma espécie de confiança no escritor como intérprete de uma realidade e de um tempo, a partir de uma linguagem que se pretendia mais direta e referencial. Nesse contexto, como grandes nomes dessa geração pós-*boom*, pode-se elencar os cubanos Reinaldo Arenas, Miguel Barnet e Severo Sarduy, a mexicana Elena Poniatowska, o portorriquenho Luis Rafael Sánchez, o argentino Manuel Puig, os chilenos Isabel Allende e Antonio Skarmeta, e o peruano Alfredo Bryce Echenique. Dentre esses,

damos destaque ao trabalho do uruguaio Eduardo Galeano, especialmente pelo hibridismo de gêneros e por uma aproximação ainda maior com relação a uma linguagem crítica, informativa e de desconstrução, como veremos a partir dos próximos tópicos.

2.3 - Eduardo Galeano, um jornalista-autor

Como parte de uma geração literária preocupada em produzir conteúdo crítico e dar voz a uma série de grupos marginalizados que por muito tempo estiveram em silêncio, Eduardo Galeano recebeu influências de diversos lados. Entre elas, estão as histórias orais vindas dos primeiros nativos, a literatura de Borges, de Cortázar, além de toda uma corrente indigenista expressa principalmente na obra de José Maria Arguedas, que contribuíram para que o autor se tornasse um dos principais intelectuais latino-americanos do século XX.

Eduardo Hughes Galeano nasceu em 3 de setembro de 1940, em Montevideu, Uruguai, e desde cedo propôs-se a estudar com afinco a formação socioeconômica da América Latina. Filho de uma família de classe média, no início de sua juventude, Galeano teve experiência como pintor, desenhista, cobrador, caixa de banco, operário em fábrica de inseticida, diagramador e editor de jornais e revistas. Quando entrou para os caminhos do jornalismo, de lá não sairia até sua morte, em 13 de abril de 2015, devido a complicações de um câncer de pulmão, já tratado em 2007.⁷

Após trabalhar como repórter, na década de 1960, Galeano tornou-se chefe de redação e diretor dos jornais *Marcha* e *Época*, ambos na capital uruguaia. Em 1970 após viajar por diversos países em busca de fontes documentais e relatos pessoais do sofrimento e da exploração de diversas populações, e após anos estudando as estruturas de formação política, social, cultural e econômica da América Latina, publicou sua obra mais conhecida, *As Veias Abertas da América Latina*, que se tornou uma das grandes referências em todo o mundo para compreensão das mazelas desse continente. O livro analisa a América Latina desde sua origem. Na obra, Eduardo Galeano explica como a

⁷ A vida de Eduardo Galeano foi biografada, pouco antes da morte do autor, pelo professor da Universidade de Buenos Aires Fabián Kovacic. Após um trabalho de imersão na realidade de Galeano, Kovacic lançou, em 2015, a primeira biografia sobre o jornalista, chamada *Galeano*. Todas as informações sobre a vida pessoal e profissional de Galeano apresentadas nesse trabalho foram baseadas na obra: KOVACIC, Fabián. *Galeano*. Buenos Aires: Ediciones B, 2015.

riqueza e a fartura de toda uma região tornaram-se sua ruína, como pode-se observar no seguinte trecho do livro:

Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória alheia. Nossa riqueza gerou sempre nossa pobreza para alimentar a prosperidade dos outros: os impérios e seus agentes nativos. (...) o bem-estar de nossas classes dominantes – dominantes para dentro, dominados para fora – é a maldição de nossas multidões, condenadas a uma vida de bestas de carga. (GALEANO, 1970, p. 14)

Essa concepção diante de uma formação desajustada, baseada numa exploração desmedida, foi um dos principais eixos de suas obras analíticas e literárias de ali em diante. Após o golpe militar no Uruguai, em 1973, Galeano chegou a ser preso, mas, para fugir do regime, acabou por se exilar na Argentina, onde dirigiu a revista *Crisis*, de viés político e cultural. Em 1976, com a ditadura argentina, mudou-se para a Espanha, com medo da repressão do regime militar do general argentino Jorge Videla. Com o fim da ditadura uruguaia, em 1985, retornou a Montevideú, mas foi ainda na Europa que começou a escrever a trilogia *Memória do Fogo*, composta pelos livros *Os Nascimento*s, *As Caras e as Máscaras* e *O Século do Vento*. A escrita dessa trilogia foi marcada por uma mudança especial na concepção de linguagem do autor. Ao perceber que a compreensão das mazelas sociais pelo público que propriamente as vivenciava cotidianamente era ínfima, Galeano propõe um novo olhar sobre suas narrativas: ser mais acessível linguisticamente. Dessa necessidade de escrever para os que “não podem ler”, *Memória do Fogo* é uma obra que estreia um estilo sobre o qual Galeano se debruçará pelo resto de sua carreira, esforçando-se para contar a história ignorada da América Latina sob a ótica dos vencidos e dos que foram secularmente explorados. Esse seu propósito pode ser exemplificado pelo trecho a seguir, do livro *Ser como Eles*:

A história oficial está contada a partir dos, pelos e para os ricos, os brancos, os machos e os militares. A Europa é o Universo. Pouco ou nada aprendemos do passado pré-colombiano da América e, quanto ao da África, melhor nem falar: o conhecemos somente através dos velhos filmes de Tarzã. A história da América, a verdadeira, a atraídoada história da América, é uma história da dignidade incessante. Não existe um só dia do passado no qual não haja ocorrido algum ignorado episódio de resistência contra o poder e o dinheiro, mas a história oficial não menciona as sublevações indígenas nem as rebeliões de escravos negros, ou as menciona de esbarrão, quando as menciona, como episódios de mau comportamento – e jamais diz que algumas foram encabeçadas por mulheres. (GALEANO, 1993, p. 64-65)

Em 1975 e 1978, Eduardo Galeano recebeu o prêmio *Casa de Las Américas*, que desde 1960 premia obras latino-americanas e caribenhas. A trilogia *Memória do Fogo* foi premiada pelo Ministério da Cultura do Uruguai em 1982, 1984 e 1986, anos de lançamento de cada um dos três livros. Nos Estados Unidos, o escritor e jornalista foi homenageado com o *American Book Award*, em 1989, e com o Prêmio à Liberdade Cultural, da *Lannan Foundation*, em 1999. Em 2001, recebeu o título de Doutor Honoris Causa, concedido pela Universidade de Havana, em Cuba.

Traduzidos para diversas línguas, seus trabalhos transcenderam gêneros tradicionais, indo do documentário à literatura, e do jornalismo à análise política e histórica. No entanto, Galeano negava o trabalho de historiador propriamente dito, dizia-se um jornalista e escritor que buscava ajudar no resgate da história sequestrada de toda a América, mas especialmente da América Latina. O próprio autor atesta em *Nós dizemos não* sobre esse hibridismo de gêneros presente em suas obras:

[minha narrativa] não pertence a nenhum gênero literário, embora queira pertencer a todos, e alegremente viola as fronteiras que separam o ensaio da narrativa, o documento da poesia. Por que a necessidade de saber há de ser inimiga do prazer de ler? E porque a voz humana há de ser classificada como se fosse um inseto? (GALEANO, 1990, p. 32)

Como suas obras são verdadeiras homenagens às experiências de luta e de resistência ao colonialismo, ao capitalismo e às múltiplas formas de opressão, boa parte dos movimentos de libertação e de governos de esquerda de diversas regiões do mundo foram influenciados por seus trabalhos. Foram muitas as experiências aliadas a essa orientação política, como a entrevista que realizou com o guerrilheiro César Montes nas selvas da Guatemala, na década de 1960.⁸ Também em 1988, no Chile, em plena ditadura do general Augusto Pinochet, Galeano realizou a abertura do Festival Internacional “Chile Cria” com um vigoroso discurso a favor da campanha “Nós dizemos não”, que teve impacto direto no fim do regime militar no país. Em 1995, o Sub-Comandante Marcos, do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), o convidou para o “Primeiro Encontro Internacional pela Humanidade e contra o

⁸ César Montes foi um dos guerrilheiros mais conhecidos na América Central, fundador das Forças Armadas Rebeldes, a primeira organização guerrilheira da Guatemala, e chefe de diversas guerrilhas atuantes na região, que visavam fazer uma oposição armada às ditaduras militares no local e tomar o poder a partir de um discurso à esquerda.

Neoliberalismo”, onde Galeano foi recebido com honrarias.⁹ Presente desde a primeira edição do Fórum Social Mundial em 2001, o autor foi convidado para um debate histórico do evento em 2005, que contou também com a presença de José Saramago e Ignacio Ramonet. Em 2006, Evo Morales, o primeiro presidente indígena das Américas, o convidou para discursar na sua cerimônia de posse na Bolívia, e em 2011, apesar do câncer que teve alguns anos antes, esteve presente nas ocupações realizadas pelos “indignados” de Madri e Barcelona, onde afirmou que manifestações como essas seriam “o testemunho de que viver vale a pena”.¹⁰

Ao todo, Galeano escreveu mais de 40 livros, entre eles, *Palavras Andantes* (1994), *Futebol ao Sol e à Sombra* (1995), *Mulheres* (1997), *De Pernas pro Ar* (1999), e *Bocas do Tempo* (2004). Mas, seria em uma obra de 1991 que suas experiências como jornalista, suas incursões como um escritor disposto a conhecer histórias e seus olhares como um cidadão latino-americano seriam reunidas em um livro de memórias. É a partir dessas incessantes e intensas andanças que Galeano lança uma de suas obras mais agraciadas e emocionantes, *O Livro dos Abraços*. Na orelha da obra original, o escritor Eric Nepomuceno, que trabalha há anos como tradutor dos trabalhos de Galeano no Brasil, afirma: “abra este livro com cuidado: ele é delicado e afiado como a própria vida. Pode afagar, pode cortar. Mas seja como for, como a própria vida, vale a pena”. (*apud* GALEANO, 1991, orelha, contracapa)

Por apresentar-se como uma obra essencialmente ampla, que traz à tona os olhares de Eduardo Galeano sobre diversos temas, como arte, música, trabalho, cotidiano, conflitos político-ideológicos, relações de gênero, de amor e de amizade, *O Livro dos Abraços* se caracteriza como uma obra heterogênea, capaz de refletir de modo singular os reflexos da formação do autor como um cidadão, jornalista e escritor latino-

⁹ “Em 1º de janeiro de 1994, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) tomou o controle de parte da pobre província mexicana de Chiapas. Formado em sua maior parte por indígenas, o EZLN ocupou cidades, libertou presos e desafiou o poder do Estado na região. Depois de longas disputas com o governo do México, o grupo abaixou as armas e adotou estratégias de resistência civil. Hoje, controla parte de Chiapas.” O movimento influenciou o pensamento de esquerda de muitos grupos de resistência política a partir de então, tendo sido um dos últimos levantes armados de relevância e eficácia na América Latina. Retirado de: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/zapatismo-vinte-anos-depois-6195.html>)

¹⁰Os protestos de 2011 na Espanha, chamados por alguns jornais espanhóis de *Movimiento 15-M*, *Indignados* e *Spanish revolution*, foram uma série de manifestações espontâneas inicialmente organizadas pelas redes sociais e idealizadas em primeiro momento pela plataforma civil e digital *¡Democracia Real Ya!*. Os protestos reivindicavam uma mudança na política e na sociedade espanhola, ao considerar que os partidos políticos não eram mais representativos, além de mudanças estruturais no país. O discurso proferido por Galeano está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mdY64TdriJk>

americano. Essa perspectiva, que dialoga com todo o contexto literário de uma América Latina em busca da construção de uma identidade, especialmente em âmbitos culturais, se associa de modo expressivo à geração de autores que se desenvolveu após o *boom* editorial da literatura na região, a partir dos anos 1970.

Ao carregar aspectos fundamentais para a compreensão dos contextos políticos e sociais do continente, como também apresentar um estilo de escrita marcado pela subjetividade e a concisão, a obra se aproxima de modo sugestivo à relação presente entre jornalismo e literatura, contribuindo para um entendimento sobre a medida em que ambos podem atuar juntos num processo de reflexão crítica sobre a América Latina e na construção de uma memória coletiva na região.¹¹ Para compreender a importância dessa proposta temática híbrida de Galeano no *O Livro dos Abraços*, faz-se relevante apresentar um dos gêneros textuais sobre o qual os textos de seu livro mais se aproximam: a crônica, a fim de entender as principais configurações de surgimento, de estilo, de perspectiva e de intersecção entre jornalismo e literatura dessa variante na América Latina.

2.4 - Crônica: a (des)construção de um gênero

A ideia de que na América Latina a literatura tem, propositalmente, uma veia política pode ser vista na obra de muitos autores da região. Essa relação, em suma, parece dar ao escritor uma visão mais crítica diante da história narrada, colaborando para que o que se concebe como literatura latino-americana seja, muitas vezes, também o que se concebe como postura política. Ao utilizar-se das palavras e de variados gêneros literários, muitos autores fizeram de suas obras uma reflexão crítica diante de uma realidade social tão marcada por relações de poder definidoras de desigualdades sociais. Sobre essa questão, o escritor Julio Cortázar (2001) comenta:

(...) nesta América Latina que luta diariamente para conquistar a sua liberdade final ou para mantê-la quando já a conquistou, a literatura

¹¹ Em sua obra *A memória coletiva*, Maurice Halbwachs (2004) afirma que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo. A origem de várias ideias, reflexões, sentimentos, paixões atribuídas aos indivíduos são, na verdade, inspiradas pelo grupo. A memória individual, construída a partir das referências e lembranças próprias do grupo, refere-se, portanto, a “um ponto de vista sobre a memória coletiva”, que deve sempre ser analisado considerando-se o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e das relações mantidas com outros meios. (HALBWACHS, 2004, p.55)

ainda não é um dos prazeres do repouso e da poltrona junto à janela, como nos países plenamente estabilizados em seu desenvolvimento e em sua cultura, mas um interrogar-se cotidiano a respeito dos prós e contras, um meio de comunicação por intermédio da beleza e da ficção que não fica somente nelas, um código de mensagens que a consciência e o inconsciente dos povos decifram como instruções de realidade, como novas aberturas em direção à luz em meio a tantas trevas. A literatura na América Latina, mais que reflexo estético da vida, como em sua acepção tradicional, é uma forma da própria vida. (CORTÁZAR, 2001, p.192)

Essa concepção da literatura como um aspecto inato ao entendimento da vida em coletividade tem relação direta com uma das principais funções do jornalismo: produzir conteúdo de relevância social e de reconhecimento e construção identitárias. Esse tratamento com o que é relevante para determinado local faz da literatura e do jornalismo importantes aliados numa construção social engajada. Nessa mesma linha, a possibilidade de ambos serem instrumentos importantes para a configuração de uma memória coletiva une ainda mais essas duas vertentes que se expressam por meio da palavra.

Dentre essas manifestações que associam jornalismo e literatura, uma que se destaca, como já salientado, é a crônica, especialmente pelo seu hibridismo enquanto produto literário e pela sua capacidade de informar de forma imediata, mesmo que subjetivamente. Na América Latina, principalmente no século XX, como visto, o desenvolvimento da literatura tem uma relação muito próxima com o da crítica política e, por consequência, com o do jornalismo. Pois é também nesse momento que as principais teorias críticas da comunicação começam a ganhar força, tornando o jornalismo um dos principais instrumentos de compreensão das realidades sociais. Em toda a história do continente, uma das gerações que mais manifestou essa associação entre jornalismo e literatura, sem engessamentos, foi a do pós-*boom* da literatura latino-americana, que se desenvolveu concomitantemente com o início do que se conceitua como pós-modernidade.

Com a compreensão de que o sujeito não é uníssono e de que nem o escritor precisaria ser, inclusive em um mesmo trabalho, podendo se enveredar por diversos caminhos dentro do universo da escrita, a compreensão do uso da crônica em contextos latino-americanos coaduna-se com o conceito de hibridização proposto no livro *Culturas Híbridas*, do antropólogo argentino Néstor García Canclini (1997). Na obra, o autor propõe uma leitura da pós-modernidade latino-americana a partir do hibridismo, entendido por ele como um processo de intersecção e transação entre diversos aspectos

de formação do continente. Essa ideia de mistura e de mestiçagem beira ao que se pode popularmente conceituar como desordem. Mas, para Canclini, de certa forma, é essa oposição ao que é “puro”, original que dá espaço para uma matriz cultural muito mais ampla. Para ele, mesmo essas matrizes híbridas sendo muito mais adequadas à era da globalização e do multiculturalismo, elas têm origem muito antes de a informação tornar-se um elemento compartilhado em tempo real em todo o mundo.

Foi nessa América híbrida desde as suas origens que a associação de diversos elementos de composição local se deu também na linguagem escrita. Não seria inoportuno, portanto, a consolidação de um gênero difuso derivado dos processos de compreensão da vida cotidiana, especialmente num local onde os acontecimentos estavam sujeitos a olhares imensamente distintos. Entre a visão de um europeu colonizador, de um indígena colonizado, de um negro escravizado e de um latino-americano fruto de toda essa transição, a crônica apresentou-se como uma das formas textuais mais autênticas e híbridas na expressão dessas visões particulares.

Mas, a ideia de crônica como expressão de um tempo tem início muito antes da era pós-moderna e do *boom* da literatura latino-americana. A concepção desse estilo de texto, para Massaud Moisés (2003), tem origem no grego *chronikós*, relativo a tempo (*chrónos*). Passando ao latim *chronica*, o vocábulo designava, no início da era cristã, uma lista ou relação de acontecimentos ordenados segundo a marcha do tempo, numa sequência cronológica, funcionando, basicamente, como as efemérides. Para as autoras Flora Bender e Ilka Laurito (1993):

A data de 1434 é um marco (...) para o gênero crônica: o cronista - que já vinha desde a Idade Média - passa a ser um escritor profissional, pago para trabalhar com a matéria histórica, matéria que deverá, de agora em diante, despojar-se do maravilhoso e do lendário, que se imiscuíam nos longos ‘cronicões’ medievais, para ater-se aos fatos e à interpretação desses fatos. Além de Fernão Lopes - considerado o melhor de todos - outros escritores assumiram a função de cronista-mor do Reino, até que, na altura do século XVI, e já em pleno Renascimento, a historiografia se afirmasse como gênero definido. A palavra crônica, no entanto, ainda que, posteriormente, viesse a abranger outros sentidos, permaneceu (...) com o sentido antigo de narrativa vinculada ao registro de acontecimentos históricos. (BENDER e LAURITO, 1993, p. 12)

Mesmo tendo surgido na Europa, a crônica ganhou grandes proporções em terras latino-americanas. Com a chegada dos conquistadores, diversos escritores vindos de Portugal e da Espanha relataram a vida no novo continente. Entre eles, pode se destacar

a carta de Pero Vaz de Caminha, que, segundo Jorge de Sá (1992), foi uma das primeiras crônicas produzidas no Novo Mundo.

Se a carta inaugura o nosso processo literário é bastante discutível. (...) Indiscutível, porém, é que o texto de Caminha é criação de um cronista no melhor sentido literário do termo, pois ele recria com engenho e arte tudo o que ele registra no contato direto com os índios e seus costumes naquele instante de confronto entre a cultura europeia e a cultura primitiva. (DE SÁ, 1992, p. 5-6)

Para De Sá, a história da literatura latino-americana se inicia com a circunstância de um “descobrimento”, tendo na crônica seu principal suporte. Mas, é importante destacar que essas cartas, contemporâneas a de Caminha, podem ser consideradas crônicas no sentido tradicional do termo, como um relato cronológico, pois o desenvolvimento desse estilo de texto se daria de forma distinta no continente a partir de sua associação ao jornalismo.

Foi em meados do século XIX, com uma maior popularização da literatura, que a inserção de textos literários na imprensa tornou-se uma prática comum. Segundo Fernanda Abrão (2005), com essa ascensão dos chamados folhetins, outros tipos de textos passaram a surgir nos rodapés das seções de variedades. Eram matérias traduzidas, resenhas, textos literários e crônicas anônimas, em sua maioria, de tamanho curto. Os folhetins não tratavam, como popularmente pode se pensar, apenas de romances publicados em periódicos. Quando surgiram na França, davam espaço para a crítica literária e assuntos diversos, conforme explica Felipe Pena (2006):

Quando apareceu pela primeira vez, no *Journal des Débats*, [o folhetim] denominava um tipo de suplemento dedicado à crítica literária e a assuntos diversos. Mas a partir das décadas de 1830 e 1840, a eclosão de um jornalismo popular, principalmente na França e na Grã-Bretanha, mudou o conceito, incorporando-o a nova lógica capitalista. Publicar narrativas literárias em jornais proporcionava um significativo aumento nas vendas e possibilitava uma diminuição nos preços, o que aumentava o número de leitores e assim por diante. Para os escritores também era um ótimo negócio. Não só porque recebiam em dia dos novos patrões, mas também pela visibilidade que ganhavam a partir da divulgação de suas histórias e de seus nomes. (PENA, 2006, p. 28 e 29)

Na Europa, mesmo com os folhetins, a crônica manteve suas raízes históricas. Seria na América Latina que esse tipo de texto se diferenciaria daquele feito em outras partes do mundo. De acordo com Érica Neiva (2005), à medida que a crônica ganhou

espaço no jornal impresso, para os escritores latino-americanos, o fator tempo passou a não ser tão fundamental. Esse aspecto cronológico cedeu caminho a outras inúmeras possibilidades de significados para o gênero, dando espaço para uma maior abrangência temática e linguística.

Depois de um auge em todo o século XIX, o folhetim entrou em decadência, especialmente com o surgimento do rádio. No entanto, mesmo com a crise desse espaço, as crônicas permaneceram nos jornais, junto a outros segmentos voltados para a literatura, como colunas, resenhas de livros, críticas literárias, etc. Com o início da revolução industrial na imprensa, segundo Luiz Beltrão (1980), a crônica entrou em recesso, o que se deveu, em muito, à transformação dos jornais em grandes negócios. Essa transição no modo de gerir um jornal trouxe ao jornalismo características muito próximas às do universo fabril e empresarial, com uma profissionalização voltada à obtenção de lucros, afetando diretamente as lógicas de produção de notícias. Com isso, o intimismo e um pretensão teor pessoal e subjetivo de grande parte dos jornais foi perdendo espaço para um tipo de produção baseada na objetividade.¹²

Para Neiva, o século XX esteve sob a égide de várias transformações, como a divisão social do trabalho, o surgimento do rádio e a eclosão da Primeira Guerra Mundial, que causaram profundas modificações na sociedade e, conseqüentemente, a imprensa. Os jornais latino-americanos viveriam um grande processo de modernização através da importação de novos equipamentos e de uma maior definição nas relações sociais de trabalho, conseqüências da intensificação do sistema capitalista. Essas relações se deram, basicamente, com a definição de três classes sociais: a burguesia, dona dos meios de produção; os trabalhadores intelectuais que escreviam nos jornais; e os operários, que constituíam a classe proletária.

Essa transformação da notícia em bem de consumo passou a fundamentar a produção jornalística de acordo com as exigências de um público consumidor. O corpo do jornal vivenciou, então, várias modificações e dividiu-se em seções especializadas,

¹² De acordo Leonel Aguiar e Vinicius Neder (2010), o conceito de objetividade faz parte do processo de consolidação da modernidade e de seus ideais, não se atendo apenas a transformações no jornalismo. Desse modo, a questão referente à objetividade faz parte da história da epistemologia, primeiramente com as ciências exatas e, depois, aplicado às ciências humanas. No jornalismo, a objetividade está diretamente relacionada com a modernização da imprensa e com a invenção da notícia, que encontraram na imprensa norte-americana entre o fim do século XIX e o início do século XX sua institucionalização paradigmática, influenciando muitas escolas jornalísticas mundo afora. Para Juarez Bahia (1995), autor de *Introdução à Comunicação Empresarial*, no jornalismo, especificamente, objetividade significa apurar corretamente, ser fidedigno, registrar as várias versões de um acontecimento. É também ser criterioso, honesto e impessoal.

implicando, conseqüentemente, em inovações no estilo de texto e, também, de crônica apresentados. As colaborações dos literatos e dos jornalistas passaram a ter uma preocupação maior com o espaço que seus textos ocupavam, que a cada dia tornava-se menor. O autor Antonio Candido, no prefácio do livro da coleção *Para Gostar De Ler*, intitulado *A vida ao Rés-do-chão*, afirma que a crônica “é filha do jornal e da era da máquina, onde tudo acaba tão depressa” (1980, p. 6). Mais adiante, também aponta:

Retificando o que ficou dito atrás, ela não nasceu propriamente com o jornal, mas só quando este se tornou quotidiano, de tiragem relativamente grande e teor acessível (...) Antes de ser crônica propriamente dita foi “folhetim”, ou seja, um artigo de rodapé sobre as questões do dia, - políticas, sociais, artísticas, literárias. Aos poucos o “folhetim” foi encurtando e ganhando certa gratuidade, certo ar de quem está escrevendo à toa, sem dar muita importância. Depois, entrou francamente pelo tom ligeiro e encolheu de tamanho, até chegar ao que é hoje. (CANDIDO, 1980, p. 6-7, grifos do original)

No entanto, após esse período de mecanização do mercado jornalístico, gradativamente, em razão de atender às necessidades dos leitores por textos opinativos e especializados, tem início um período de volta da crônica como um importante elemento para a imprensa, especialmente a partir da segunda metade do século XX:

A preferência do leitor pelas opiniões individuais, sua escassez de tempo para ler todas as matérias publicadas, levando-o a procurar aquelas seções que dissessem respeito aos seus interesses profissionais ou respondessem aos reclamos imediatos do seu espírito, juntamente com a variedade de temas que exigia pessoal habilitado em cada setor (...) foram motivos predominantes, econômica e socialmente falando, do retorno dos cronistas ao jornalismo. (BELTRÃO. 1980, p. 67)

Essa volta da crônica como um elemento de grande importância no jornalismo, para Massaud Moisés, fomenta novamente o que há de mais interessante nesse estilo de texto: a derivação para o conto ou a poesia, a partir de uma poetização do cotidiano. A partir dessa concepção, para o autor, existem dois tipos fundamentais de crônica: “a crônica-poema e a crônica-conto”. Na crônica-poema, o cronista explora a temática do “eu”, concentra-se nas emoções do autor que acaba por transformar, muitas vezes, o texto em página de confissão, “de diário íntimo ou de memórias”. (MOISÉS, 2003, p.111). A crônica-conto é aquela em que um fato chama a atenção do cronista e este o narra como se fosse um conto. Nesse momento, o cronista assume o papel de narrador, de historiador. Essa classificação, no entanto, não tem o intuito de fechar a temática,

visto que existem inúmeras sugestões e estudos que permeiam esse assunto. Uma delas é a feita por Candido, comentada por José Marques de Melo (1985):

Sem a pretensão de criar categorias, mas tão-somente destacar diferenças (...), Antonio Candido sugere a seguinte classificação: crônica-diálogo – onde o cronista e seu interlocutor imaginário se revezam, intercambiando informações e pontos de vistas; crônica narrativa – tem certa estrutura de ficção, marchando rumo ao conto; crônica exposição poética – divagação livre sobre um fato ou personagem; cadeia de associações; crônica biografia lírica - narra poeticamente a vida de alguém. (MELO, 1985, p. 118)

Muito embora a importância da objetividade jornalística seja um padrão seguido por grande parte dos meios de comunicação, partindo-se do pressuposto de que o exercício da profissão tem um compromisso com a ética, essa ideia de que o jornalismo também comporta uma vertente autoral e intensamente subjetiva faz-se de grande importância para a compreensão das possibilidades literárias em texto jornalístico, nesse caso, especificamente na crônica. Essa aproximação com a literatura, no entanto, é importante destacar, não exime o jornalista, de acordo com Juarez Bahia (1995), de suas funções informativa e formativa.

Na América Latina, essa referência à capacidade de informar, mesmo através de um estilo de escrita literário e subjetivo, sempre teve contornos marcantes. Para Suzana Rotker (1992), os movimentos literários atrelados ao jornalismo, no continente, tinham traços comuns a um enfrentamento entre subjetividade e racionalização, entre técnica e emoção, entre um desejo de conciliar as contradições da realidade e um desejo de novidade, de ruptura constante. Essa busca por produzir conteúdo original, de acordo com Ángel Rama (1982), representa a busca pelo novo na literatura, que reflete, em grande parte, uma transformação também em nível comportamental na região.¹³

¹³ Durante os anos 1960 e 1970, golpes militares iniciaram ciclos de ditaduras na América Latina, que provocaram transformações políticas, sociais e econômicas em países como Brasil, Argentina, Guatemala, Paraguai, Peru, Uruguai, Chile, República Dominicana, Nicarágua e Bolívia. Era o auge da Guerra Fria, um período de tensões políticas e ideológicas que opuseram dois blocos: os Estados Unidos e a ex-União Soviética. Na América do Sul, a Revolução Cubana, de 1959, inspirou guerrilhas, partidos comunistas e movimentos populares. Eles propunham romper uma tradição de desigualdades sociais e domínio imperialista na região, alinhando-se, dessa forma, ao bloco comunista. Para evitar o avanço do comunismo no Cone Sul, o governo dos Estados Unidos forneceu suporte técnico e financeiro a militares para destituir governos, eleitos democraticamente, que não se conformavam à agenda política de Washington. Nos anos 1980, o fracasso econômico, a restrição de liberdades individuais, crimes de violação dos Direitos Humanos e assassinatos políticos levaram ao colapso dos regimes militares, em processos graduais de redemocratização.

Esses aspectos em mudança têm relação com a fragmentação presente quase que de forma sistêmica nas relações firmadas em um período pós-moderno, a partir de um reconhecimento dos indivíduos como sujeitos microfísicos em um contexto social dotado de relações de poder. Produzir, portanto, um conteúdo em eixos não-retilíneos, que elencasse a diversidade de pensamentos e subjetividades em determinado local, tornou-se uma prioridade para alguns autores. Alguns dos principais cronistas a refletirem essa noção multidimensional presente na América Latina foram José Martí, Manuel Gutiérrez Najera, Carlos Monsivais, Gabriel García Márquez, Elena Poniatowska, Pedro Lemebel e Rubén Darío.

Para esses autores, a crônica, na América, foi um laboratório para a escrita. Mesmo que nem todos tivessem vivido o apogeu desse estilo no século XX, foram de grande importância para a compreensão prática desse gênero, que se configurou como um espaço onde a escrita transmite e propaga uma sensibilidade diante do discurso real, por meio do trabalho com imagens sensoriais, símbolos e misturas de tipos textuais.

Nos anos 1960, a explosão do mercado literário, visto principalmente a partir do “boom da literatura” no continente, difundiria ainda mais o estilo de texto em crônica como um produto híbrido de jornalismo e literatura. A relação dessa proposta textual, que sempre se caracterizou pela subjetividade, com uma corrente surgida nos Estados Unidos, na mesma época, conhecida como *new journalism*, traria à tona uma retomada do cuidado com o texto e do olhar atencioso para o contexto dos fatos e sua descrição em formato de informação. Essa proposta daria ainda mais liberdade para jornalistas interessados em trabalhar em consonância com a literatura, já que a proposta desse novo jornalismo era a de trazer às crônicas, suplementos e principalmente às reportagens a possibilidade do detalhe.

2.5 - Crônicas de um tempo anunciado: um novo jornalismo literário

Em meio a um jornalismo baseado, essencialmente, na objetividade, forma-se nos Estados Unidos, no início da década de 1960 uma corrente que vai resgatar a tradição do jornalismo literário, praticado com veemência no século XIX. O movimento conhecido como *new journalism* chega na última metade do século para que XX para quebrar os padrões da notícia e reinventar o modo de conceber a realidade jornalística.

Mesmo com a persistência de alguns cadernos culturais dos anos 1950, é nesse novo jornalismo que a notícia, de fato, é concebida pela literatura. A corrente liderada por Tom Wolfe, Norman Mailer, Truman Capote e Gay Talese propunha um jornalismo mais dinâmico, expressivo e aprofundado em relação ao fato reportado.

Esse sentimento presente nas redações, aliado a décadas de influência de escritores nas rotinas de revistas e jornais, culmina com a publicação, em 1973, pelo jornalista Tom Wolfe, de um manifesto do jornalismo literário, contribuindo para popularizar um jeito diferenciado de fazer jornalismo, que já vinha sendo efetivado, mesmo que de forma paulatina, por alguns grupos de jornalistas, especialmente no âmbito do texto narrado e na relação do jornalista com sua profissão. Nesse famoso ensaio, *The New Journalism*, Wolfe fala sobre as origens do gênero e aponta os seus principais expoentes e características com a seguinte declaração:

Duvido que muitos dos que irei citar neste trabalho tenham se aproximado do jornalismo com a menor intenção de criar um novo jornalismo, um jornalismo melhor, ou uma variedade ligeiramente evoluída. Sei que jamais sonharam que nada do que escrevessem para jornais e revistas fosse causar tal estrago no mundo literário (...) provocar pânico, roubar da novela o trono de maior dos gêneros literários, dotar a literatura norte-americana de sua primeira orientação nova em meio século (...) (WOLFE, 1976, p.9)

Esta afirmação sugere que esse movimento literário foi algo concebido de uma forma despreziosa, com resultados aparentemente acidentais. Mas que, como poderemos ver, não se limitou a isso, sendo também uma constatação sobre a surpresa com que o sucesso do gênero foi recebido tanto por escritores como por jornalistas, que ainda não tinham uma completa noção do poder deste novo formato. Wolfe acreditava em uma espécie de hierarquia da literatura, na qual o status de romancista era o ponto mais alto a ser buscado. Em contrapartida, o jornalista desempenhava o papel mais baixo na escala de valores literários. Essa associação com a literatura poderia dar mais visibilidade à classe de jornalistas e, conseqüentemente, aos assuntos por ela abordados, especialmente aqueles referentes às mudanças na sociedade norte-americana de então.

Segundo Fernando Resende (2002), esse novo tipo de jornalismo se concretizou diante de um cenário histórico que mobilizava e transformava não só a imprensa, como também a literatura. Os escritores questionavam suas próprias obras literárias e os jornalistas se colocavam ainda mais críticos diante de seus textos, marcados pelos fatos que emergiam de uma sociedade em intensa mutação. A sensação, segundo Resende,

era de que as palavras simplesmente não davam conta de expressar tudo o que se vivia na época.

A noção de realidade enquanto referência ao verdadeiro, à medida que se notava que as palavras não davam conta de exprimir os fatos que se sucediam, ia sendo cada vez mais relativizada. O movimento era ambíguo, pendia tanto para o lado da necessária representação textual de um momento histórico – a eleição de Kennedy, a guerra do Vietnã, etc. – quanto para o lado do que alguns teóricos chamam de *surfiction* ou metaficção: a exploração dos próprios limites da ficcionalidade. (RESENDE, 2002, p.61)¹⁴

Para Pena (2006), a energia propulsora dos profissionais que se dedicaram a esse novo tipo de texto vinha de um momento de insatisfação com a forma com a qual estava se produzindo jornalismo. Para ele, o que vai proporcionar o advento do Novo Jornalismo na década de 1960, nos Estados Unidos, é o modo como muitos profissionais da imprensa demonstravam-se descontentes com as regras da objetividade do texto jornalístico, expressas na figura do *lead*, “uma prisão narrativa que recomenda começar a matéria respondendo às perguntas básicas do leitor.”¹⁵ (PENA, 2006, p.53)

Essa aproximação entre jornalismo e literatura através de elementos de construção textual, no entanto, não visava deixar de informar. Pelo contrário, para os jornalistas dispostos a encarar as veias da subjetividade, esse estilo de texto pretendia trazer o leitor ainda mais para dentro do fato narrado, por meio de uma linguagem dotada de proximidade e detalhes. A opinião de Pena, nesse sentido, apresenta de que modo é possível olhar para essa vertente e entendê-la como um novo caminho, em uma transformação constante do que se concebe textualmente, a partir de uma linguagem literária e da prática jornalística:

(...) defino Jornalismo Literário como linguagem musical de transformação expressiva e informacional. Ao juntar os elementos presentes em dois gêneros diferentes, transformo-os permanentemente em seus domínios específicos, além de formar um terceiro gênero, que também segue pelo inevitável caminho da infinita metamorfose. Não se trata da dicotomia ficção ou verdade,

¹⁴ O termo “metaficção” foi cunhado por William H. Gass – *metafiction*, depois de *fabulation* e *surfiction* – a partir da formulação do conceito de metalinguagem de Saussure e Hjelmslev, para substituir a expressão *antirromance*, usada para textos literários que explicitavam sua condição ficcional: é um tipo de ficção fundada na elaboração de ficções, e é reflexo da tentativa de superar a tradição regionalista e realista na literatura americana (AVELAR, 2009). No contexto do *new journalism*, essa tendência influencia na medida em que propõe aos jornalistas a possibilidade de utilizar a linguagem da ficção para reportar um fato, como se ele fosse uma ficção, ou seja, assumindo que qualquer afirmação que se faz sobre algo é pautada por algum tipo de criação do autor. O próprio ato de recriar uma cena do passado com verbos no presente, muito comum no jornalismo, pode ser considerado, em certa medida, como uma linguagem de ficção.

¹⁵ No jornalismo, o *lead* se caracteriza como a primeira parte de uma notícia, geralmente posta em destaque, que fornece ao leitor a informação básica sobre o tema e pretende prender-lhe o interesse. É uma expressão inglesa que significa “guia” ou “o que vem à frente”, “líder”.

mas sim de uma verossimilhança possível. Não se trata da oposição entre informar ou entreter, mas sim de uma atitude narrativa em que ambos estão misturados. Não se trata nem de Jornalismo, nem de Literatura, mas sim de uma melodia. (PENA, 2006, p.21)

Esse novo caminho, como uma possibilidade de subverter um padrão estabelecido pelos cânones do jornalismo e da literatura, pode ser muito bem visualizado no trabalho de Eduardo Galeano, como veremos no próximo capítulo. Ao não se pretender necessariamente informativo ou essencialmente poético, o autor abre margem para uma série de olhares e de compreensões, que dependerão, em última instância, do posicionamento do leitor diante do texto. A subjetividade de Galeano aliada a um trabalho estético pensado, embora conciso, são essenciais para que seu texto atravesse quaisquer medidas exatas de segmentação, e alcance o que o público tem de mais íntimo: sentir-se parte do que lê.

Essa aproximação foi muito enfatizada por Tom Wolfe. Ele acreditava que a objetividade tinha adquirido um tom aborrecido, e por essa razão era preciso ressignificar o modo de informar através da subjetividade do profissional e de seu olhar sobre os fatos. Para Wolfe, um texto informativo não deveria servir apenas para responder perguntas do leitor, mas para instigá-lo a olhar, a sentir.

Essa corrente literária influenciou o desenvolvimento do que se conceitua como grande reportagem e abriu portas em todo o mundo para um novo olhar sobre o modo de se fazer jornalismo. A experiência de observação do jornalista e o modo como ele seria capaz de contar uma história passou a ser um aspecto importante para a profissão.

Resende pontua que pensar o fazer jornalístico e literário apenas em função de como a palavra é utilizada em seus discursos significa não conceber esses dois tipos de discurso como dois campos de manifestação textual. A ideia de que o significado da informação não se faz apenas de onde se fala, mas também de como se fala, e o quê se fala, mostra o quanto a notícia por si só pode ser caracterizada como um produto jornalístico, mas que para que ela chegue ao leitor é necessária uma linguagem, nesse caso, a literária, mostrando o quanto essa dissociação desses dois aspectos pode remover o caráter informativo do produto. Referindo-se a Luiz Costa Lima, Resende afirma que essa não concepção da importância de ambos os componentes presentes na apresentação da notícia “significa negar o aspecto representacional de quaisquer manifestações discursivas cuja palavra em dobra se faz de intermediária”. (LIMA, 1980 *apud* RESENDE, 2002, p.55)

Esse cuidado com a linguagem, de modo algum, tirou a importância e o uso da objetividade nos âmbitos do jornalismo. Pelo contrário, para Pena:

O jornalista literário não ignora o que aprendeu no jornalismo diário. Nem joga suas técnicas narrativas no lixo. O que ele faz é desenvolvê-las de tal maneira que acaba constituindo novas estratégias profissionais. Mas os velhos e bons princípios da redação continuam extremamente importantes, como, por exemplo, a apuração rigorosa, a observação atenta, a abordagem ética e a capacidade de se expressar claramente, entre outras coisas. (PENA, 2006, p.7)

O autor também defende a importância do jornalista como um importante pilar na formação social. Para ele, o exercício do jornalismo literário também é um exercício de cidadania, especialmente pelo aprofundamento que esse tipo de jornalismo dá a determinadas questões, tratando de forma ampla e potencializada temas de relevância social. Esse destaque a assuntos que envolvem uma temática presente com veemência na sociedade dá a esse estilo de jornalismo a característica da perenidade. Para os principais difusores do *new journalism* nos Estados Unidos, como Gay Talese, Norman Mailer e Truman Capote, um texto construído nos moldes do jornalismo literário não pode ter efeito efêmero, o que dialoga com a ideia de construção de memória, sobre a qual tanto o jornalismo quanto a literatura têm tido papéis fundamentais.

Muito embora esse estilo subjetivo de jornalismo nunca tenha apagado a importância da objetividade na forma de se fazer notícia, especialmente as factuais, e mesmo o jornalismo literário tendo feito parte, de alguma forma, de boa parte das redações desde a popularização da imprensa e da experiência dos folhetins, como visto, a ascensão do *new journalism* nos 1960 e 1970 ganhou contextos fundadores, que contribuíram para novas vivências no exercício da profissão no mundo todo.

A crônica, que de certa forma sempre permaneceu no gosto do leitor, foi abraçada por esse momento intenso de subjetividade. Os reflexos desse novo jornalismo na América Latina contribuiriam ainda mais para o investimento nesse gênero por escritores e jornalistas de renome, que trariam através de reportagens, críticas literárias e das próprias crônicas um olhar mais detalhado sobre os fatos.

Assim como nos Estados Unidos os contextos político e social foram essenciais para se questionar o modo de se fazer jornalismo, mostrando o quanto é importante imprimir um posicionamento expressivo, no conteúdo e na estética, em tempos de conflitos e mudanças, como o da Guerra do Vietnã (1959 - 1975) dos movimentos dos

direitos civis nos anos 1960, etc, na América Latina não seria diferente. Nesse mesmo período, o continente foi marcado pela presença intensa de regimes ditatoriais, o que ocasionou diversas mudanças políticas, sociais e econômicas na região, como a censura à imprensa, o cerceamento à liberdade de expressão, a supressão de direitos, a presença maciça de movimentos estudantis, um forte crescimento industrial, etc, que contribuíram para um maior questionamento por parte de determinados setores das estruturas de poder. Entre esses setores estava a própria imprensa, que precisou se utilizar dos artifícios da linguagem para conseguir apresentar informações que contivessem impressões e críticas ao governo.

A presença dessa crítica social nas bases do jornalismo literário é fundamental para a compreensão de como a crônica funcionou como um gênero híbrido e de grande relevância na América Latina. Por expressar, em termos gerais, conteúdos voltados para o cotidiano, esse estilo de texto tem sua função ressignificada em contextos latino-americanos, onde o cotidiano sempre ganhou contornos politizados. Essa crítica política e social presente nas crônicas de diversos escritores latinos se apresenta, também, como um elemento comum na obra de Eduardo Galeano. Assim como os outros escritores do pós-*boom* da literatura no continente, Galeano se preocupará em trabalhar histórias locais e corriqueiras de modo subjetivo e extremamente crítico, com a concisão que qualquer crônica deve ter. Entre relatos históricos, histórias pessoais, vivências de conhecidos e contos de pessoas aparentemente comuns, em *O Livro dos Abraços*, Galeano não se fecha em linguagem, não se define em estilo, mas, como veremos, recorre aos aspectos mais fundamentais da crônica para expressar as mazelas e amores antes, durante e depois de seu tempo.

3 - JORNALISMO E LITERATURA NOS (A)BRAÇOS DE GALEANO

A formação socioeconômica da América Latina, como já destacado, foi um dos principais temas tratados por Eduardo Galeano em boa parte de suas obras. O autor se debruçou sobre as consequências de uma colonização baseada no fomento de desigualdades, que tornou boa parte dos latino-americanos indivíduos à margem. O trabalho de Galeano consistiu em questionar essas relações de poder por meio das palavras, dando voz a histórias silenciadas, fazendo da literatura um instrumento de combate. No jornalismo, o escritor também demonstrou-se um grande crítico das relações políticas em todo o mundo, travando embates e apresentando um olhar mais amplo diante dos mais variados fatos.

No *O Livro dos Abraços*, sua obra de 1991, o autor traz à tona uma série de histórias de indivíduos comuns e de grandes personalidades, especialmente da literatura, que se transformam, juntas, em uma espécie de livro de memórias, em que as mais íntimas lembranças de Galeano se unem às belas e às doloridas vivências desses personagens, como num abraço.¹⁶

A obra é composta de 191 textos, apresentados em 270 páginas. Muito embora o autor não gostasse de definir suas obras como parte de um único gênero textual, se apresentando linguisticamente de forma híbrida, se utilizando do relato, do conto, da crítica literária, e da mistura de todos eles, em *O Livro dos Abraços* podemos observar uma grande aproximação com o formato crônica. Como visto no capítulo anterior, esse gênero de texto é muito utilizado no jornalismo como forma de trabalhar a subjetividade no relato cotidiano. Mas, uma de suas principais características, sobre a qual Galeano se debruça de modo intenso e verificado, é a forma sucinta como esse formato se apresenta em boa parte dos jornais e suplementos em que é utilizada.

Na obra do escritor uruguaio, a presença da crônica como um mecanismo de aproximação entre jornalismo e literatura pode ser analisada em diversas vertentes, como suporte para: o relato do cotidiano de diversos tipos de indivíduos, principalmente daqueles que fazem parte de minorias ou de processos de silenciamento; o relato de histórias grandiosas de pessoas comuns; a crítica política; o relato de relações íntimas, amorosas e fraternas; e o retrato de situações localizadas, principalmente em lugares muito pouco conhecidos na América Latina. A partir de um olhar mais aprofundado

¹⁶ A versão da obra utilizada para análise no presente trabalho será: GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. Porto Alegre: L&PM, 2015.

para algumas dessas vertentes em seus textos é que pretendemos compreender a presença dessas relações em sua obra, e de sua importância para uma ressignificação diante daquilo que é, e daqueles que são, especificamente, latino-americanos. Faremos uma análise que permeará tanto a temática, quanto o direcionamento da linguagem n’*O Livro dos Abraços*, por conceber esses elementos como intrínsecos a uma intersecção entre jornalismo e literatura na América Latina. O olhar de Galeano, expresso nessas vertentes, traz uma nova significação à existência e às relações humanas e sociais no continente, perpassando sua formação marginal e em desigualdade, mas indo além, transformando latinas e latino-americanos em protagonistas de uma nova forma de se contar história, trazendo um novo olhar à historiografia da região.

3.1 - Religião e resistência

Dentre as mais variadas temáticas abordadas por Eduardo Galeano n’*O Livro dos Abraços*, pode se destacar uma preocupação com as mais diversas religiões presentes na América Latina. O autor se preocupou em apresentar a maneira crítica como ele, um uruguaio criado nas bases do catolicismo, passou a compreender a imposição de uma fé, especialmente a cristã, na formação dos indivíduos.

Uma dessas abordagens pode ser vista no texto *A origem do mundo*, em que o autor propõe um olhar sobre a vida de um operário que havia sido preso na guerra civil espanhola. Galeano questiona o modo como um indivíduo com uma profissão considerada menor por boa parte da sociedade tem, muitas vezes, uma função social muito importante, mas que não é reconhecida ou compreendida por grande parte das pessoas.

A guerra civil da Espanha tinha terminado fazia poucos anos, e a cruz e a espada reinavam sobre as ruínas da República. Um dos vencidos, um operário anarquista, recém-saído da cadeia, procurava trabalho. Virava céu e terra, em vão. Não havia trabalho para um comuna. Todo mundo fechava a cara, sacudia os ombros ou virava as costas. Não se entendia com ninguém, ninguém o escutava. O vinho era o único amigo que sobrava. Pelas noites, na frente dos pratos vazios, suportava sem dizer nada as queixas de sua esposa beata, mulher de missa diária, enquanto o filho, um menino pequeno, recitava o catecismo para ele ouvir. Muito tempo depois, Josep Verdura, o filho daquele operário maldito, me contou. Contou em Barcelona, quando cheguei ao exílio. Contou: ele era um menino desesperado que queria salvar o pai da condenação eterna e aquele ateu, aquele teimoso, não entendia. — Mas papai — disse Josep, chorando — se Deus não existe, quem fez o

mundo? — Bobo — disse o operário, cabisbaixo, quase que segredando —. Bobo. Quem fez o mundo fomos nós, os pedreiros. (GALEANO, 2015, p. 14)

Ao se utilizar do gênero crônica para relatar a história, Galeano vai além do relato em si, propondo um olhar cuidadoso para o personagem enquanto indivíduo. A apresentação do operário como um ex-presidiário e como um “vencido” na guerra demonstra a preocupação do autor em mostrar como figuras rejeitadas socialmente geralmente têm um papel social desconhecido ou ignorado, mas fundamental, e estruturante, para a existência em coletividade, como no caso dos pedreiros. Esse reconhecimento do próprio operário sobre sua condição como parte necessária à estrutura social, dando relevância a seu papel, demonstra um sentimento de não-alienação, de acordo com a perspectiva marxista, diante do trabalho e das relações humanas.¹⁷

A importância desse não-desconhecimento ou não-distanciamento pode ser compreendida na *Crítica ao Programa de Gotha* (1891), onde Marx contrapõe as teses elaboradas pelo Partido Operário Alemão, a partir, primeiramente, da tese de que “o trabalho é a fonte de toda riqueza e de toda cultura” (MARX, 1979, p.10), afirmando que quando o homem, na sua relação com a natureza, a coloca como um meio e como um objeto de trabalho pertencente a ele, reconhecendo o seu papel diante dela, passa a converter o seu trabalho em “fonte de valor de uso e, por conseguinte, em fonte de riqueza”. (MARX, 1979, p.10) A prática da burguesia enquanto detentora dos meios de produção, no entanto, é a que atribui ao trabalho uma “força criadora sobrenatural” (MARX, 1979, p. 10), mascarando as relações que envolvem a subjugação do trabalhador frente ao proprietário. Dessa forma, ao situar um sujeito desprezado como consciente do papel de sua classe, Galeano ressignifica a forma como um indivíduo

¹⁷ Marx (1979) retrata a alienação como um distanciamento e um estranhamento por parte do indivíduo com relação a algo que lhe é essencial. O autor apresenta quatro formas de alienação: em relação ao produto do trabalho, no processo de produção, em relação à existência do indivíduo enquanto membro do gênero humano e em relação aos outros indivíduos. A ideia de alienação em relação ao produto do trabalho, fundamental em nossa análise, pode ser entendida como o estranhamento em não se reconhecer num produto que tem dentro de si a essência do trabalhador, nem compreender que a pobreza gerada ao trabalhador é a riqueza do capitalista.

marginalizado pode ser visto, dando a ele uma das características mais importantes, ainda de acordo com a perspectiva marxista: a consciência de classe.¹⁸

A crônica sugere uma metáfora referente à historiografia tradicional da formação da América Latina, em que os indígenas, vencidos no processo de dominação europeia, tem, na maior parte das vezes, seu papel desconsiderado e sua voz silenciada. A existência de um ser superior se apresenta na crônica como uma tentativa de salvar o operário das dificuldades da vida terrena, o que, na prática, contribui para o distanciamento do trabalhador das verdadeiras motivações que o levaram àquela situação: o processo de luta política durante a guerra civil espanhola. Isso ocorreu de maneira análoga na colonização, quando a religião funcionou como um braço do processo civilizatório, que, em nome da fé cristã, submeteu povos nativos à opressão imposta pelo colonizador.

No entanto, na crônica, como visto, a ideia de não-alienação, que demonstra um reconhecimento por parte do vencido da importância de seu papel social, pode levar a compreensões mais amplas sobre o modo como os nativos também se reconheciam, especialmente por quase nunca se considerarem menores por suas crenças em coletividade, prezando pela manutenção de tais práticas.

Essa concepção da importância do reconhecimento de sua cultura e desse distanciamento com relação ao cristianismo por parte de grupos indígenas pode ser vista no texto *A função da arte/2*:

O pastor Miguel Brun me contou que há alguns anos esteve com os índios do Chaco paraguaio. Ele formava parte de uma missão evangelizadora. Os missionários visitaram um cacique que tinha fama de ser muito sábio. O cacique, um gordo quieto e calado, escutou sem pestanejar a propaganda religiosa que leram para ele na língua dos índios. Quando a leitura terminou, os missionários ficaram esperando.

¹⁸ Em *A sagrada família*, texto publicado pela primeira vez em 1845, Marx e Engels (2011) afirmam que a consciência de classe proletária, ou seja, a consciência do proletário em relação ao seu presente e ao seu destino, não é aquilo “(...) que este ou aquele proletário, ou até mesmo do que o proletariado inteiro pode imaginar de quando em vez como sua meta. Trata-se do que o proletariado é e do que ele será obrigado a fazer historicamente de acordo com o seu ser. Sua meta e sua ação histórica se acham clara e irrevogavelmente predeterminadas por sua própria situação de vida e por toda a organização da sociedade burguesa atual”. (MARX e ENGELS, 2011, p. 49) Em um sentido marxista estrito, não se pode dizer, por exemplo, que um operário tenha consciência de classe apenas por saber que é explorado. A consciência *psicológica* de sua situação de exploração não é ainda consciência de classe. Assim, é o ser do proletariado enquanto classe que define o curso histórico que ele deve seguir e as transformações que pode promover, e não o que ele pensa sobre si próprio.

O cacique levou um tempo. Depois, opinou: — Você coça. E coça bastante, e coça muito bem. E sentenciou: — Mas onde você coça não coça. (GALEANO, 2015, p. 28)

O texto apresenta de forma interessante o olhar de um indígena para uma missão evangelizadora em sua região. Esse reconhecimento da estratégia religiosa e de sua capacidade persuasiva se desconstrói quando o nativo demonstra que, embora aquelas palavras de catequizações fossem ditas de forma eloquente e de maneira insistente, não havia espaço para elas dentro de sua concepção de mundo. Esse diálogo afirma o quanto a expansão da fé cristã pelo continente latino-americano teve e ainda tem um caráter de completa desconsideração pelas práticas religiosas e culturais próprias dos nativos, e que, mesmo que esse processo de cristianização tenha persistido por séculos, algum resquício da cultura primitiva dos povos locais se manteve.

O questionamento da imposição religiosa está presente em toda a obra de Galeano. O autor se apresenta de maneira crítica à proposta de uma única verdade, pregada por diversas crenças, e da preponderância de apenas uma única religião, junto à ideia de um Deus como soberano. As práticas culturais vindas dos nativos são, para ele, símbolos de resistência, que encontraram na espiritualidade e em sua relação com a natureza uma forma de manter vivas tradições seculares. De acordo com os historiadores Stuart Schwartz e James Lockhart (2002), mesmo com a ideia de conversão latente em todo o processo de colonização, os índios adotavam muito mais a possibilidade da instrução educacional vinda junto com os catequizadores do que as crenças e os sacramentos cristãos. Essa resistência também pode ser vista no caso dos negros de matrizes africanas, que chegaram ao continente como escravos, mas que mantiveram parte de suas tradições culturais, que ainda hoje são expressas em grupos de afrodescendentes. A *Crônica da cidade do Rio de Janeiro* apresenta um pouco desse olhar para a resistência e para a importância de uma multiplicidade de religiões:

No alto da noite do Rio de Janeiro, luminoso, generoso, o Cristo Redentor estende os braços. Debaxo desses braços os netos dos escravos encontram amparo. Uma mulher descalça olha o Cristo, lá de baixo, e apontando seu fulgor, diz, muito tristemente: — Daqui a pouco, já não estará mais aí. Ouvi dizer que vão tirar Ele daí. — Não se preocupe — tranquiliza uma vizinha —. Não se preocupe: Ele volta. A polícia mata muitos, e mais ainda mata a economia. Na cidade violenta soam tiros e também tambores: atabaques, ansiosos de consolo e de vingança, chamam deuses africanos. Cristo sozinho não basta. (GALEANO, 2015, p.78)

Para Galeano, essa crítica à religião também tem relação com a sua vivência enquanto latino-americano. O autor, nascido em um local onde o cristianismo foi imposto de maneira contundente, questiona o modo como a existência de Deus é apresentada, desde a infância, como distante da realidade humana, especialmente no que se refere às práticas amorosas. No texto *Teologia/2*, o escritor realiza uma espécie de confissão sobre a fragilidade de um Deus no qual ele não acredita mais, expondo de maneira sutil e sensível as possíveis súplicas de um ser que não é capaz, como ele mesmo expressa, de fazer amor:

O deus dos cristãos, Deus da minha infância, não faz amor. Talvez o único deus que nunca fez amor, entre todos os deuses de todas as religiões da história humana. Cada vez que penso nisso, sinto pena dele. E então o perdoo por ter sido meu super-pai castigador, chefe de polícia do universo, e penso que afinal Deus também foi meu amigo naqueles velhos tempos, quando eu acreditava Nele e acreditava que Ele acreditava em mim. Então preparo a orelha, na hora dos rumores mágicos, entre o pôr-do-sol e o nascer subir da noite, e acho que escuto suas melancólicas confidências. (GALEANO, 2015, p. 87)

A partir dessas exemplificações, pode-se compreender como o sentido da experiência religiosa na América Latina é de grande importância para a obra de Galeano. Os textos demonstram uma compreensão mais ampla das relações sociais no continente, a partir de um olhar para a religião em contextos histórico-relacionais, como a catequização dos índios, a opressão cultural dos negros africanos, e suas consequências na difusão da religião cristã como uma única forma de se alcançar redenção física e espiritual. Essas experiências se apresentaram como forma de utilização do sagrado para direcionar a vida real. De acordo com a filósofa Marilena Chauí (2000), essa utilização da fé como verdade universal se torna um mito, carregado de relatos sobre a vida sobrenatural, através do qual se tenta explicar a realidade.

É diante dessa proposta de implantar na América uma concepção de mundo baseada na realidade cristã, a partir de uma evangelização forçada de espoliações culturais desmedidas, que Galeano trabalha. O autor apresenta um olhar que dá ao indivíduo o protagonismo para contar sua própria história, apresentando ao leitor demonstrações de expressivas dores diante da perda progressiva de identidade cultural e religiosa, mas, mostrando, também, movimentos e iniciativas de resistência diante de uma privação de valores coletivos que se sedimentaram ao longo de tempo. Trazer isso à tona é contribuir para se repensar a historiografia da América Latina e a maneira de sentir e agir de seus povos.

3.2 - Os escombros da subalternidade

Outra temática que contribui para o entendimento d’*O Livro dos Abraços* como uma obra importante na busca por dar voz a grupos minoritários e silenciados é a dos esquecidos. Galeano traz uma série de crônicas que relatam fatos da vida de indivíduos colocados à margem, seja por sua condição social, por sua cor ou por seu gênero. Essas figuras aparecem como protagonistas, se aproximando da ideia de literatura de testemunho, muito utilizada, como vimos, pelos escritores do pós-*boom* da literatura na América Latina. Um desses textos é *Noite de Natal*, no qual se percebe o olhar sensível do autor diante da realidade de uma criança doente:

Fernando Silva dirige o hospital de crianças, em Manágua. Na véspera do Natal, ficou trabalhando até muito tarde. Os foguetes esposavam e os fogos de artifício começavam a iluminar o céu quando Fernando decidiu ir embora. Em casa, esperavam por ele para festejar. Fez um último percorrido pelas salas, vendo se tudo ficava em ordem, e estava nessa quando sentiu que passos o seguiam. Passos de algodão: virou e descobriu que um dos doentinhos andava atrás dele. Na penumbra, reconheceu-o. Era um menino que estava sozinho. Fernando reconheceu sua cara marcada pela morte e aqueles olhos que pediam desculpas ou talvez pedissem licença. Fernando aproximou-se e o menino roçou-o com a mão: — Diga para... — sussurrou o menino —. Diga para alguém que eu estou aqui. (GALEANO, 2015, p.70)

Cedida em forma de texto, a voz do menino traz à tona o desespero diante da possibilidade de estar esquecido naquele local. Na crônica, a figura da criança funciona como uma representação de outros milhares de crianças em situação de desalento e de vulnerabilidade social.¹⁹ A sensibilização trazida pelo autor na apresentação desse “grito” social, que se dá por meio da fala de um garotinho doente, abre a possibilidade para um olhar mais profundo sobre a situação de diversas crianças e grupos à margem e sem voz.

Essa sensibilidade diante da concepção de mundo das crianças, principalmente aquelas em situações de vulnerabilidade, também pode ser vista no texto *Celebração da fantasia*, onde Galeano conta uma de suas experiências em uma aldeia no Peru:

¹⁹ Abramovay *apud* Guareschi (2007) define vulnerabilidade social como situações em que determinados grupos ou indivíduos se encontram incapacitados para lidar com questões problemáticas cotidianas da vida em sociedade, principalmente por se encontrarem em um ambiente de mínima mobilidade social. Essas situações podem ser econômicas, de raça, orientação sexual, gênero, etnia, etc.

Foi na entrada da aldeia de Ollantaytambo, perto de Cuzco. Eu tinha me soltado de um grupo de turistas e estava sozinho, olhando de longe as ruínas de pedra, quando um menino do lugar, esquelético, esfarrapado, chegou perto para me pedir que desse a ele de presente uma caneta. Eu não podia dar a caneta que tinha, porque estava usando-a para fazer sei lá que anotações, mas me ofereci para desenhar um porquinho em sua mão. Subitamente, correu a notícia. E de repente me vi cercado por um enxame de meninos que exigiam, aos berros, que eu desenhasse em suas mãozinhas rachadas de sujeira e frio, pele de couro queimado: havia os que queriam um condor e uma serpente, outros preferiam periquitos ou corujas, e não faltava quem pedisse um fantasma ou um dragão. E então, no meio daquele alvoroço, um desamparadinho que não chegava a mais de um metro do chão, mostrou-me um relógio desenhado com tinta negra em seu pulso: — Quem mandou o relógio foi um tio meu, que mora em Lima — disse. — E funciona direito? — perguntei. — Atrasa um pouco — reconheceu. (GALEANO, 2015, p. 39)

Essas experiências localizadas, sobre as quais o autor se debruça em boa parte d'*O Livro dos Abraços*, são muito importantes para o leitor reconhecer múltiplas realidades sobre a América Latina. A visão totalizante presente nas obras dos anos 1960 sobre a região apresenta lacunas no que se trata de representar as classes subalternas a partir de suas individualidades. Como podemos notar, a crônica acima retrata o olhar fantasioso e ingênuo de um menino qualquer. No entanto, o que Galeano faz é transformar esse menino qualquer em protagonista de sua experiência naquele local. No relato, não importa o que o autor estaria fazendo naquele local, nem o horário, muito menos os nomes dos personagens. Os sentimentos e as perspectivas desses indivíduos é que ganham forma nos textos do escritor, principalmente por serem capazes de expressar, mais que uma informação objetiva, o que essas pessoas têm de mais importante e real. É interessante notar que o escritor, aqui, se posiciona como um jornalista disposto a retratar o momento, não deixando de lado sua caneta para anotações.

Na América Latina, como vimos, a atuação do intelectual, especialmente no campo literário, funcionou como uma aproximação entre a sociedade e suas múltiplas realidades sociais, econômicas e políticas. A palavra escrita serviu como instrumento para o questionamento das instituições hegemônicas e para aproximar mais indivíduos dessa tarefa de reestruturação social, nesse caso, a partir do contato com uma literatura engajada.

Os intelectuais que exercem esse papel de representatividade dessas classes subalternas foram chamados por Antonio Gramsci (2002) de intelectuais orgânicos, aos

quais, segundo o autor, cabe a tarefa de romper com uma hegemonia burguesa a partir do questionamento e da crítica social.²⁰ Para ele, esses indivíduos devem articular meios de abalar e superar a ideologia dominante, e, numa segunda etapa, desenvolver novas bases de sustentação e ação prática. Para Semeraro (2006), nessa perspectiva gramsciana, intelectuais orgânicos são aqueles que estão entrelaçados nas relações sociais pertencentes a uma classe. Para este autor, os intelectuais orgânicos fazem parte de um organismo vivo e em expansão. Por isso, estão conectados ao mundo do trabalho, às organizações políticas e culturais mais avançadas que o seu grupo social desenvolve para dirigir a sociedade.

Os intelectuais orgânicos estão habilitados a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam. Em suma, a hegemonia de uma classe também está ligada ao papel que os seus intelectuais desempenham. Segundo Gramsci, todos os homens são intelectuais, mas nem todos assumem essa função na sociedade. A escola, o partido, a fábrica, a participação em organizações etc., são espaços criadores de intelectuais. No caso de Galeano, sua militância política à esquerda e seu papel como escritor que pensa a subalternidade de modo orgânico, dando a ela uma possibilidade de voz em suas obras, podem lhe caracterizar com um dos grandes intelectuais orgânicos produzidos na América Latina.

Gramsci ainda destaca a dificuldade que determinadas classes têm de gerar seus próprios intelectuais, apresentando a apropriação de outros grupos por pensadores e críticos próprios da subalternidade.

Assim, cabe observar que a massa de camponeses, ainda que desenvolva uma função essencial no mundo da produção, não elabora seus próprios intelectuais “orgânicos” e não assimila nenhuma camada de intelectuais “tradicionais”, embora outros grupos sociais extraiam da massa camponesa muitos de seus intelectuais e grande parte dos intelectuais tradicionais seja de origem camponesa. (GRAMSCI, 2002 p. 16)

²⁰ Na obra gramsciana, as primeiras noções sobre o termo “subalterno” aparecem nos escritos pré-carcerários, empregadas para designar a submissão de uma pessoa a outras, mais especificamente no contexto da hierarquia militar. É, no entanto, nos *Cadernos do Cárcere* que Gramsci amplia largamente o significado desse conceito, demarcando seus nexos dialéticos com o Estado, a sociedade civil, a hegemonia, a ideologia, a cultura e a filosofia da práxis. Sugere, no estudo das classes subalternas, a observação de uma série de mediações, tais como suas relações com o “desenvolvimento das transformações econômicas”; sua “adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes”; as lutas travadas a fim de “influir sobre os programas dessas formações para impor reivindicações próprias”; a formação de “novos partidos dos grupos dominantes, para manter o consenso e o controle dos grupos sociais subalternos”; a caracterização das reivindicações dos grupos subalternos e “as formas que afirmam a autonomia”. (GRAMSCI, 2002, p.140)

A importância desse tipo de intelectual se desenvolver a partir de sua própria classe se apresenta, então, fundamental, a fim de promover um não-distanciamento de uma luta que lhe é intrínseca. No caso de Galeano, as múltiplas realidades latino-americanas é que se apresentam como parte indissociável de sua formação, não cabendo a ele se debruçar mais em outras temáticas do que nestas, como sempre fez o autor.

Dentro dessa perspectiva orgânica, Galeano se coloca mais como um intelectual que questiona as estruturas hegemônicas, dividindo com o leitor, o próprio subalterno, sobre quem ele fala e para quem ele escreve, a proposta de construir novas bases. O fato de Galeano apresentar acontecimentos cotidianos localizados é importante para se conceber múltiplas realidades na América Latina e também uma chamada para essas situações, que o escritor faz com sensibilidade e subjetividade, características que aproximam ainda mais o leitor daquilo que lhe é apresentado. Essa aproximação pode ser um caminho viável para um maior envolvimento de cada vez mais latino-americanos com processos de tomada de consciência, reivindicações e lutas políticas, capazes de promover transformações sociais mais amplas e profundas.

Essa crítica de Galeano às estruturas hegemônicas pode ser verificada no texto *As tradições futuras*, em que o autor faz uma alusão ao modo comunitário de vida como uma possível solução para o rompimento com instituições em muito responsáveis pela destruição física e a desagregação social do planeta, fundamentadas no capitalismo:

Existe um único lugar onde o ontem e o hoje se encontram e se reconhecem e se abraçam, e este lugar é o amanhã. Soam como futuras certas vozes do passado americano muito antigo. As antigas vozes, digamos, que ainda nos dizem que somos filhos da terra, e que mãe a gente não vende nem aluga. Enquanto chovem pássaros mortos sobre a Cidade do México e os rios se transformam em cloacas, os mares em depósitos de lixo e as selvas em deserto, essas vozes teimosamente vivas nos anunciam outro mundo que não seja este, envenenador da água, do solo, do ar e da alma. Também nos anunciam outro mundo possível as vozes antigas que nos falam de comunidade. A comunidade, o modo comunitário de produção e de vida, é a mais remota tradição das Américas, a mais americana de todas: pertence aos primeiros tempos e às primeiras pessoas, mas pertence também aos tempos que vêm e pressentem um *novo Mundo Novo*. Porque nada existe menos estrangeiro que o socialismo nestas terras nossas. Estrangeiro é, na verdade, o capitalismo: como a varíola, como a gripe, veio de longe. (GALEANO, 2015, p. 133, grifos acrescentados)

Para o autor, o socialismo enquanto essência comunitária faz parte da formação inicial das primeiras civilizações do continente. A destruição progressiva desses

primeiros povos ocorreu juntamente com a introdução de uma lógica social baseada na dominação europeia, que tinha como um de seus principais objetivos adquirir lucros com as terras colonizadas. Essa proposta transformou a América em um berço do modo de produção capitalista que, como em todo o mundo, foi uma das gêneses para a existência de profundas desigualdades econômicas e sociais.

A presença dessas consequências práticas, oriundas de estruturas desiguais, pode ser compreendida no texto *Os índios/1*:

Vindo de Temuco, adormeço na viagem. De repente, os fulgores da paisagem me despertam. O vale de Repocura aparece e resplandece frente aos meus olhos, como se alguém tivesse aberto, de repente, as cortinas de outro mundo. Mas estas terras já não são, como antes, de todos e de ninguém. Um decreto da ditadura de Pinochet rompeu as comunidades, obrigando os índios à solidão. Eles insistem, porém, em juntar suas pobreza, e ainda trabalham juntos, dizem juntos: — Vocês vivem uma ditadura há quinze anos — explicam aos meus amigos chilenos —. Nós, há cinco séculos. Nos sentamos em círculo. Estamos reunidos em um centro médico que não tem, nem teve nunca, um médico, nem um estagiário, nem enfermeiro, nem nada. — A gente é para morrer, e só — diz uma das mulheres. Os índios, culpados por serem incapazes de propriedade privada, não existem. No Chile não existem índios: apenas chilenos — dizem os cartazes do governo. (GALEANO, 2015, p.131)

Na crônica, Galeano compara as mazelas da ditadura chilena (1973 - 1990) com as consequências da colonização da América Latina. O autor traz à tona um recorte da dificuldade de encontrar estruturas básicas de saúde no local, devido a um decreto-lei feito pelo general Augusto Pinochet, que dava margem para a ocupação de terras indígenas por qualquer grupo ou instituição. Essa espoliação dos direitos indígenas diante da terra se assemelha ao modo como os europeus ocuparam o território americano. Também foram análogas as consequências desses dois processos, com a marginalização desses grupos e a dificuldade de acesso a direitos básicos.

Essa característica repressora das ditaduras também foi muito trabalhada n’*O Livro dos Abraços*, principalmente por Galeano ter vivenciado diversos processos de censura e de repressão ao seu papel como intelectual. Os governos militares que tomaram diversos países da América Latina na segunda metade do século XX, como também seus aparatos repressores e cerceadores e as consequências disso na vida de inúmeros indivíduos, podem ser exemplificados pelo texto *Celebração da voz humana/2*:

Tinham as mãos amarradas, ou algemadas, e ainda assim os dedos dançavam, voavam, desenhavam palavras. Os presos estavam encapuzados; mas inclinando-se conseguiam ver alguma coisa, alguma coisinha, por baixo. E embora fosse proibido falar, eles conversavam com as mãos. Pinio Ungerfeld me ensinou o alfabeto dos dedos, que aprendeu na prisão sem professor: — Alguns tinham caligrafia ruim — me disse —. Outros tinham letra de artista. A ditadura uruguaia queria que cada um fosse apenas um, que cada um fosse ninguém: nas cadeias e quartéis, e no país inteiro, a comunicação era delito. Alguns presos passaram mais de dez anos enterrados em calabouços solitários do tamanho de um ataúde, sem escutar outras vozes além do ruído das grades ou dos passos das botas pelos corredores. Fernández Huidobro e Maurício Rosencof, condenados a essa solidão, salvaram-se porque conseguiram conversar, com batidinhas na parede. Assim contavam sonhos e lembranças, amores e desamores; discutiam, se abraçavam, brigavam; compartilhavam certezas e belezas e também dúvidas e culpas e perguntas que não têm resposta. Quando é verdadeira, quando nasce da necessidade de dizer, a voz humana não encontra quem a detenha. Se lhe negam a boca, ela fala pelas mãos, ou pelos olhos, ou pelos poros, ou por onde for. Porque todos, todos, temos algo a dizer aos outros, alguma coisa, alguma palavra que merece ser celebrada ou perdoada. (GALEANO, 2015, p. 23)

Galeano, nesse texto, retoma a importância da voz humana e de sua capacidade de se fazer dizer nas mais difíceis situações. O autor explora a sutileza da linguagem de presos pela ditadura militar uruguaia (1973 - 1985), que usavam as mãos para se comunicar. Essa atitude expressa a necessidade de dizer que todos, em qualquer situação, parecem ter. A palavra, para o escritor, funciona como um produto de múltiplas linguagens humanas, e merece sempre ser ouvida, vista, compreendida. Com essa proposta, além de apresentar mais uma vez a resistência presente em grupos minoritários, - nesse caso, presos políticos em um momento de cerceamento de direitos, inclusive o da livre expressão - Galeano retifica a necessidade humana de sentir e expressar esses sentimentos.

3.3 - Objetividade e(m) subjetividade

A capacidade de se colocar como um cronista sensível na narrativa dos fatos é um dos principais elos de ligação entre o jornalismo e a literatura na obra de Galeano. Como temos visto, n' *O Livro dos Abraços*, o autor lança mão de diversas temáticas, que giram em torno de histórias capazes, na visão do escritor, de apresentar de modo íntimo e subjetivo as múltiplas realidades da América Latina. Por se utilizar dessa subjetividade, a linguagem utilizada por Galeano pode ser, a princípio, compreendida

como literária. No entanto, ao demonstrar em suas crônicas um cuidado com a concisão e com a necessidade de informar a partir de outro olhar, os textos de Galeano se apresentam, também, como uma proposta jornalística.

Essa dinâmica de linguagem, como visto, faz parte da gênese de toda crônica, como podemos ver no texto *A alienação/3*:

Alaistair Reid escreve para *The New Yorker*, mas quase não vai a Nova Iorque. Ele prefere viver numa praia perdida da República Dominicana. Nessa praia desembarcou Cristóvão Colombo, alguns séculos atrás, numa de suas excursões ao Japão, e desde aqueles tempos nada mudou. De vez em quando, o carteiro aparece entre as árvores. O carteiro vem dobrado debaixo da carga. Alaistair recebe montanhas de correspondência. Dos Estados Unidos é bombardeado por ofertas comerciais, folhetos, catálogos, luxuriosas tentações da civilização de consumo incitando a comprar. Uma vez, entre muita papelada, chegou a propaganda de uma máquina de remar. Alaistair mostrou-a a seus vizinhos, os pescadores. — Dentro de casa? Se usa dentro de casa? Os pescadores não conseguiam acreditar. — Sem água? Rema-se assim, sem água? Não podiam acreditar, não podiam entender: — E sem peixes? Sem sol? E sem céu? Os pescadores disseram a Alaistair que eles se levantavam todas as noites, muito antes do alvorecer, e se metiam mar adentro e jogavam suas redes enquanto o sol se erguia no horizonte, e que essa era a sua vida, e que gostavam daquela vida, mas que remar era a única coisa de merda naquele assunto inteiro: — Remar é a única coisa que odiamos — disseram os pescadores. Então Alaistair explicou-lhes que a máquina de remar servia para fazer ginástica. — Para quê? — Ginástica. — Ah, bom. E o que é ginástica? (GALEANO, 2015, p. 160)

Na crônica, é possível notar o modo conciso como Galeano conta uma história de extrema profundidade: a de pescadores de uma praia qualquer da República Dominicana. O autor não se utiliza de índices referentes à quantidade de pescadores artesanais existentes naquele país para afirmar sobre a gradual diminuição desse ofício. O termo “praia perdida” exerce esse distanciamento entre esse grupo e outros em crescimento, que não se utilizam mais da pesca de forma artesanal. A descrição que o autor faz da rotina dos pescadores é fundamental para entender o modo como esses indivíduos são ligados à natureza e a outra concepção de passagem do tempo. Essas informações são fundamentais para entender o modo de vida desses homens e mulheres, que tiveram pouco ou nenhum contato com as recentes transformações tecnológicas. Ao localizar um fato: o pouco contato com a tecnologia em regiões remotas da República Dominicana, Galeano informa. E o faz de forma concisa, delicada e sutil, sem deixar de lado a subjetividade daqueles pescadores e a presença também desse olhar subjetivo em seu modo de contar essas histórias.

Em boa parte dos veículos jornalísticos que se restringem à objetividade, esses indivíduos marginalizados socialmente não ganham relevância. Essa apresentação mais aprofundada de temáticas, regiões ou grupos minoritários normalmente fica a cargo de meios de comunicação mais populares e localizados, que se preocupam em retratar as temáticas de suas próprias regiões, e também aqueles que não se limitam a tratar o acontecimento de maneira rasa, se aprofundando no contexto dos fatos reportados, através da grande reportagem, ou, até mesmo, da crônica.

Esse filtro da notícia, no entanto, passa por interesses econômicos, baseados na existência da imprensa enquanto instituição empresarial. Por mais que a imprensa e os variados grupos midiáticos sejam reconhecidos, especialmente após o advento da internet, como grandes difusores de informação e cultura, essas instituições se baseiam em seus interesses econômicos para manifestar suas propostas editoriais e a publicização ou não, acompanhada ou não de uma abordagem aprofundada de determinado fato. Isso faz com que a comunicação se restrinja a poucos olhares, que caminham de forma hegemônica e estratégica na manutenção de um *status quo* financeiro. É o que confirma o pesquisador Dênis de Moraes (2000):

A mundialização das informações e do entretenimento desenrola-se sob o signo da aguda concentração de suportes, mercadorias e serviços — apesar de os arautos da globalização insistirem nos benefícios das abundantes safras culturais. A supremacia dos grupos transnacionais acentua uma brutal retenção de poderes econômicos e estratégicos. Só os grandes *players* dispõem de meios de pressão para orientar as regulamentações a seu favor. (MORAES, 2000, n.p.)

Essa presença de um filtro de notícias com interesses particulares, especialmente econômicos, acaba por apagar ainda mais a existência de grupos à margem, como atesta Galeano em seu texto *Os ninguéns*:

As pulgas sonham em comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico de sorte chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chova ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura. Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada. Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos: Que não são embora sejam. Que não falam idiomas, falam dialetos. Que não praticam religiões, praticam superstições. Que não fazem arte, fazem artesanato. Que não são seres humanos, são recursos humanos. Que não têm cultura, têm folclore. Que não têm cara, têm braços. Que não têm nome, têm número. Que não aparecem na história universal,

aparecem nas páginas policiais da imprensa local. Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata. (GALEANO, 2015, p. 71)

No texto, Galeano critica escolha de parte da mídia em associar pessoas segregadas socialmente à criminalidade ou à violência. Essa criação de papéis sociais associada à seleção baseada numa lógica comercial, feita pelos jornalistas, funciona, de acordo com Pierre Bourdieu (1997), como um afastamento de informações pertinentes que o cidadão deveria possuir para exercer seus direitos democráticos. “Os jornalistas têm ‘óculos’ especiais a partir dos quais veem certas coisas e não outras; e veem de certa maneira as coisas que veem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado”. (BOURDIEU, 1997, p. 25)

Essa crítica de Galeano a algumas práticas do jornalismo é fundamental para compreender o caráter crítico do autor em suas crônicas. Como já ressaltado, a hibridização utilizada pelo autor é fruto de um processo de transformação de modelos textuais prontos, que na América Latina foram ressignificados à medida que se encontraram com as múltiplas realidades locais. As crônicas de Galeano não são apenas crônicas, como vimos, são uma tentativa do autor de subverter os cânones de uma linguagem jornalística engessada na objetividade e na lógica comercial, que deixa de lado histórias de grande relevância para uma compreensão mais ampla e profunda de inúmeras regiões. Com a literatura, o autor mostrou-se capaz de ressignificar fatos e acontecimentos históricos, contribuindo para a proposta de dar voz a latino-americanos silenciados, e para formar novos e tantos indivíduos capazes de compreender a existência e as essências dos mais variados grupos existentes na América Latina, concebendo essas histórias a partir de suas mais valiosas subjetividades. Como conclui Galeano em *Celebração da subjetividade*:

Eu já estava há um bom tempo escrevendo Memória do Fogo, e quanto mais escrevia mais fundo ia nas histórias que contava. Começava a ser cada vez mais difícil distinguir o passado do presente: o que tinha sido estava sendo, e estava sendo à minha volta, e escrever era minha maneira de bater e abraçar. Supõe-se, porém, que os livros de história não são subjetivos. Comentei isso tudo com José Coronel Urtecho: neste livro que estou escrevendo, pelo avesso e pelo direito, na luz ou na contraluz, olhando do jeito que for, surgem à primeira vista minhas raivas e meus amores. E nas margens do rio San Juan, o velho poeta me disse que não se deve dar a menor importância aos fanáticos da objetividade: — Não se preocupe — me disse —. É assim que deve ser. Os que fazem da objetividade uma religião, mentem. Eles não querem ser objetivos, mentira: querem ser objetos, para salvar-se da dor humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de um olhar para as consequências de uma formação baseada na colonização e na opressão de culturas, é possível visualizar na América Latina uma imensa variedade de desigualdades, que se manifestam principalmente nos âmbitos sociais, econômicos e políticos. A análise proposta nesse trabalho se preocupou em compreender de que forma essas consequências se apresentam na obra *O Livro dos Abraços*, de Eduardo Galeano.

Como vimos, o autor se utiliza de temáticas voltadas para a espoliação cultural de nativos e de escravos africanos, a exploração de trabalhadores por classes dominantes, a dificuldade de acesso a direitos básicos por populações marginalizadas, entre tantas outras, que contribuem para uma compreensão por parte do leitor das múltiplas realidades presentes na América Latina.

A historiografia tradicional dificilmente se atém a contar a versão dos considerados vencidos, se utilizando de poucas visões para fundamentar o teor dos acontecimentos em determinado local. Na América Latina, esse trabalho não foi diferente: as mazelas produzidas como consequência da exploração de variados grupos nem sempre são consideradas nas referências historiográficas sobre a região. Ao se debruçar sobre essas questões, notamos o quanto Galeano se preocupa com a subjetividade desses indivíduos silenciados, procurando apresentar seus aspectos mais íntimos e profundos em sua obra. Indígenas, negros, mulheres, pescadores, operários, crianças em situação de vulnerabilidade são alguns dos grupos que recebem voz n' *O Livro dos Abraços*.

Podemos concluir que essa proposta de Galeano na obra dialoga tanto com o jornalismo quanto com a literatura, ao se utilizar do gênero crônica para relatar histórias de pessoas comuns. Ao fazer uso de uma linguagem concisa, tratar os fatos de maneira profunda, ressaltando aspectos mais subjetivos dos personagens, e trazendo informações importantes, mas pouco conhecidas sobre esses indivíduos e regiões, o autor contribui tanto para atrair o leitor quanto para informa-lo. Essa proposta jornalístico-literária d' *O Livro dos Abraços* também faz uma crítica às classes dominantes e aos próprios meios de comunicação e suas lógicas preponderantemente comerciais, uma vez que Galeano observa pouca tendência ao aprofundamento e uma seleção dos fatos e de suas abordagens com base em interesses político-econômicos em grande parte da mídia.

A partir dessa crítica e dessa oposição prática às informações apresentadas por boa parte da imprensa, e através de uma aproximação para com seus leitores por meio da concisão e da subjetividade presentes na crônica, é possível prever uma contribuição de Galeano para a formação do pensamento crítico em cada vez mais latino-americanos. Ao tratar temáticas de grande importância para uma compreensão mais ampla das mazelas presentes na América Latina, abundantes em sua obra, por meio de uma linguagem simples e profunda, o autor faz uma chamada à reflexão. Essa proposta pode parecer, a princípio, ousada, mas se configura como totalmente possível dentro do campo da literatura e do jornalismo e de sua capacidade de formar indivíduos dispostos a sentir, refletir, opinar e agir em prol de mudanças estruturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, Fernanda Cristina. *Carlos Drummond de Andrade: o cronista dos anos 30*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

AGUIAR, Leonel; NEDER, Vinicius. Objetividade jornalística: a prática profissional como questão política. In: *Revista Comunicação e Sociedade*. São Paulo: Editora Metodista, 2010, Ano 32, n. 54.

ANDREWS, George Reid. *Afro-latin America: 1800-2000*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

ARCINIEGAS, Germán. *Biografía del Caribe*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1973.

BAHIA, Juarez. *Introdução à comunicação empresarial*. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo Opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BENDER, Flora Christina; LAURITO, Ilka Brunhilde. *Crônica: História, teoria e prática*. São Paulo: Editora Scipione, 1993.

BORGES, Jorge Luis. El escritor argentino y la tradición. In: BORGES, Jorge Luis. *Discusión: Obras Completas*. Buenos Aires: Emecé, 1957.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1997.

CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. A vida ao rés do chão. In: ANDRADE, C. *Para gostar de ler*, São Paulo: Ática, 1980.

_____. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Livros que inventaram o Brasil*. São Paulo: Novos Estudos, 1993.

CASTAÑEDA, Jorge. *A utopia desarmada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil, mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CORTÁZAR, Julio. *Obra crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, vol.3.

COSTA, Sérgio. *Desigualdades, interdependências e afrodescendentes na América Latina*. São Paulo: Tempo Social, 2012.

- MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- DEL NEGRI, André. Sequelas míticas da colonização latino-americana: linguagem e contracultura. In: *Revista Vozes dos Vales*, 2012, Ano 1, n. 1.
- DUSSEL, Enrique. *1492: o encobrimento do outro, a origem do mito da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- ESQUIVEL, Laura. *Como água para chocolate*. Buenos Aires: Debolsillo, 2009.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1997.
- FUENTES, Carlos. *La nueva novela hispanoamericana*. Cidade do México: Cuadernos de Joaquín Mortiz, 1969.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1976.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- _____. *Memória do fogo*. Porto Alegre: L&PM, 2013
- _____. *Nós dizemos não*. Rio de Janeiro: Revan, 1990
- _____. *O livro dos abraços*. Porto Alegre: L&PM, 2015.
- _____. *Ser como eles*. Rio de Janeiro: Revan, 1993.
- GÁLVEZ, Marina Acero. Reflexiones sobre lo postmoderno avant la lettre: un problema de hermenêutica. In: *Revista Anales de Literatura Hispanoamericana*, 1999, n. 28.
- GOMES, Renata Andrade. *Com que direito?: análise do debate entre Las Casas e Sepúlveda, Valladolid, 1550-1551*. Belo Horizonte: Editora PUC - MG, 2006.
- GONZALEZ, Anibal. *La novela modernista hispano-americana*. Madrid: Gredos, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: O risorgimento - notas sobre a história da Itália*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GUARESCHI, Neusa Maria de Fátima et al. Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo. In: *Estudos e pesquisas em Psicologia*. Rio de Janeiro, 2007, Ano 7, n. 1.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HANKE, Lewis. *El prejuicio racial en el Nuevo Mundo: Aristoteles y los indios de hispanoamerica*. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1958.
- HÖFFNER, Joseph. *Colonização e evangelho: ética da colonização espanhola no século de ouro*. Rio de Janeiro: Editora Presença, 1977.
- JOSAPHAT, Carlos. *Las Casas: todos os direitos para todos*. São Paulo: Editora Loyola, 2000.
- KOVACIC, Fabián. *Galeano*. Buenos Aires: Ediciones B, 2015.
- KYMLICKA, Will. *Multicultural odysseys*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- LAS CASAS, Bartolomeu de. *Brevíssima relação da destruição das Índias: o paraíso destruído*. Porto Alegre: L&PM, 1984.
- MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Relações internacionais: cultura e poder*. Brasília: Funag/Ibri, 2002.
- _____. *Cultura histórica e identidade: a América Latina e o Mercosul*. In: *Revista Estudos de História*. Editora UNESP, 2000, v. 7, n. 2.
- MARX, Karl. *Crítica del Programa de Gotha*. Moscou: Editorial Progreso, 1979.
- _____; FRIEDRICH, Engels. *A sagrada família, ou, A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MENTON, Seymour. *La nueva novela histórica de la América Latina: 1979-1992*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- MOISÉS, Massaud. *A criação Literária: Prosa II*. São Paulo: Cultrix, 2003.
- NEIVA, Érica Michelline Cavalcante. *A crônica no jornal impresso brasileiro*. In: *Revista PJ: BR, jornalismo brasileiro*, 2005, n. 5.
- OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *O processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. Campinas: Editora UNICAMP, 1985.
- PENA, Felipe. *Jornalismo literário*. São Paulo: Contexto, 2006.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- PUIG, Manuel. *O beijo da mulher aranha*. São Paulo: Círculo do livro, 1981.
- RAMA, Ángel. *Sentido e estrutura de uma contribuição literária original dada por uma Comarca do Terceiro Mundo: a América Latina*. São Carlos: América Latina - Cadernos, 1982.

- SERRÃO, Raquel. *A hora e a vez do rosa no pós-boom latino-americano: a ficcionalização da história sobre a ótica feminina*. São José do Rio Preto: Editora Olho d'água, 2013.
- RESENDE, Fernando. *Textuações: ficção e fato no novo jornalismo de Tom Wolfe*. São Paulo: Annablume, 2002.
- ROTKER, Susana. *Fundación de una escritura: las crônicas de Jose Martí*. Havana: Casa de las Américas, 1992.
- SÁ, Jorge. *A crônica*. São Paulo: Ática, 1992.
- SALLES, Fritz Teixeira. Miguel Angel Astúrias e a novela hispano-americana. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Editora UFMG, 1959, v. 3, n. 6.
- SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. São Paulo: Perspectiva: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978.
- SOSNOWSKI, Saúl. La 'nueva' novela hispanoamericana: ruptura y 'nueva' tradición. In.: PIZARRO, Ana. *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: Editora UNICAMP, 1995.
- SCHWARTZ, Stuart; LOCKHART, James. *América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SEMERARO, Giovanni. *Intelectuais "orgânicos" em tempos de modernidade*. Campinas: Editora UNICAMP, 2006.
- SEPÚLVEDA, Juan Ginés de. Apologia. In: LOSADA, Angel. *Apologia: de Juan Ginés de Sepúlveda contra o Fray Bartolomé de Las Casas y de Fray Bartolomé de Las Casas contra Juan Ginés de Sepúlveda*. Madrid: Editora Nacional, 1975.
- SEPÚLVEDA, Juan Ginés de. *Tratado sobre las justas causas de la guerra contra los indios*. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica, 1941.
- STREJILEVICH, Nora. *Una sola muerte numerosa*. Miami: University of Miami Press, 1997.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- WILLIAMS, Raymond. *The postmodern novel in Latin America*. New York: St Martin's Press, 1996.
- WOLFE, Tom. *El Nuevo Periodismo*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.
- ZEA, Leopoldo. *América Latina: longa viagem para si mesma*. São Carlos: América Latina – Cadernos, 1982.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DIGITAIS

AVELAR, Mário. Metaficção. In: CEIA, Carlos (org). *E-dicionários de termos literários*. Disponível em: <http://www.edtl.com.pt/> Acesso em: 29/02/2016

CEPAL. *Panorama Social da América Latina 2012*. Disponível em: <http://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/1247-panorama-social-da-america-latina-2012-documento-informativo> Acesso em: 29/02/2016

GALEANO, Eduardo. *Entrevista à TV3*. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=mdY64TdriJk> Acesso em 15/03/2016

LOCATELLI, Piero Locatelli. O zapatismo: 20 anos depois. In: Revista Carta Capital. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/zapatismo-vinte-anos-depois-6195.html> Acesso em: 10/03/2016

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*. Disponível em: http://www.patriaroja.org.pe/docs_adic/obras_mariategui/7%20ensayos/index.html Acesso em: 10/03/2016

MORAES, Dênis de. A hegemonia das corporações de mídia no capitalismo global. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*, 2002. Disponível em: <http://www.bocc.uff.br/pag/texto.php?html2=moraes-denis-hegemonia.html> Acesso em: 20/03/2016

TENDLER, Silvio (Dir.). *Encontro com Milton Santos ou: o mundo global visto do lado de cá*. Rio de Janeiro: CALIBAN, 2006. 1 DVD (1h 29min 18s).